

Plano Plurianual 2024-2027

Relatório da
Participação Social
no PPA 2024-2027

SECRETARIA-GERAL

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO

Sumário

Sumário	2
1. Introdução.....	4
2. PPA Participativo: a maior experiência de participação social na elaboração do plano plurianual	5
2.1. O PPA Participativo de 2024 – 2027: o Brasil com a cara do seu povo	6
2.1.1. As Plenárias Estaduais	7
2.1.2. Os Fóruns Interconselhos	10
3. A plataforma Brasil participativo	12
3.1. O processo participativo digital.....	14
3.1.1 O funcionamento da plataforma	14
3.1.2 O fluxo de moderação	14
3.2. Resultados e dados da plataforma Brasil Participativo.....	15
4. Incorporação das propostas ao PPA 2024-2027	16
5. Análise do perfil geral dos participantes	17
5.1. Perfil dos participantes - por região do país	18
5.2. Perfil dos participantes - por sexo.....	20
5.3. Perfil dos participantes - faixa etária	24
6. Perfil dos participantes – programas	25
6.1. Perfil dos participantes - programas por região.....	27
6.2. Perfil dos participantes - programas por sexo	30
6.3. Perfil dos participantes - programas por faixa-etária	32
7. Perfil dos participantes - por proposta.....	39
7.1. Por região	39
7.2. Por sexo	42
7.3. Por faixa-etária	43
8. Incorporação dos resultados da participação no PPA	45
8.1. Dimensão estratégica: 1º Fórum Interconselhos.....	45

8.1.1 Ajuste na visão de futuro e atributos	45
8.1.2 Ajuste nos valores e diretrizes.....	46
8.1.3 Ajuste nos temas prioritários por eixos.....	47
8.2 Dimensão tática: 2º Fórum Interconselhos e Plataforma Brasil Participativo.....	49
8.2.1. Análise e incorporação das 50 propostas mais votadas no PPA Participativo ..	51
8.2.2. Análise e incorporação das Propostas mais votadas por Ministério.....	59
Referências	62

1. Introdução

O PPA Participativo foi o método de construção da proposta do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, por meio do qual o governo federal envolveu população brasileira, organizações, redes, movimentos sociais, conselhos e entidades representativas em um amplo esforço de participação social, de escuta e de diálogo com a população sobre o futuro do nosso país.

Este relatório do PPA Participativo apresenta a metodologia de participação social e seus resultados. A primeira parte apresenta um relato do processo de planejamento e execução do PPA Participativo precedido por um breve histórico das experiências anteriores da participação social na elaboração dos Planos PPAs referentes ao período de 2004 a 2023. O processo de participação social no PPA Participativo, desenvolvido para o PPA 2024-2027, ocorreu em diversas camadas de participação, a saber: a realização de plenárias estaduais e distrital; os fóruns Interconselhos; e a Plataforma Brasil Participativo. ¹

Com base nessa análise, buscou-se compor um relato dos principais aspectos relacionados ao processo de execução das camadas de participação (presenciais e digitais), bem como identificar resultados alcançados do ponto de vista processual.

Na segunda parte é apresentado o perfil dos participantes a partir de diferentes bases de dados: a) Painel de Administrador da Plataforma, que fornece dados sobre propostas (título e descrição), número de votos e informações quantitativas de participantes; b) Estudo qualitativo da Dataprev, que apresenta o cruzamento das bases do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS); Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e Cadastro Único (CADÚnico) que possibilitam traçar o perfil de participação e dos votos mobilizados. Embora sendo possível identificar expressiva participação no PPA Participativo de públicos geralmente invisibilizados, as informações sobre raça-cor, pessoa com deficiência, faixa de renda e escolaridade não serão analisadas neste relatório devido a um alto percentual de ausência de informação nas bases de dados utilizadas.

É possível analisar a distribuição dos participantes por região e unidade da federação, por sexo e por idade. Nesta parte também são apresentadas análises da votação nos programas e das propostas que foram votadas e priorizadas na Plataforma Brasil Participativo, incluindo cruzamento de informações que permitem qualificar as preferências expressas pela participação social considerando a relação entre programas e propostas com o perfil dos participantes.

A terceira parte é dedicada à análise do processo de incorporação da participação social. Para orientar o processo de análise e incorporação da participação social no PPA 2024-2027, os

¹ Nesta primeira parte o relatório como base o “Relatório do processo participativo em torno do PPA 2024-2027” desenvolvido pela equipe da Coordenação de Democracia e Interações Socioestatais, Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (DIEST) do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA) no âmbito de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o IPEA e a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR).

relatórios da participação social foram encaminhados com orientações para a maior incorporação possível das propostas prioritárias no texto do PPA 2024-2027 e foram realizadas reuniões de trabalho envolvendo todos os ministérios. As 50 propostas mais votadas, no conjunto, e as 20 propostas mais votadas para cada um dos 37 Ministérios, foram enviadas para análise e incorporação ao PPA. Este minucioso processo de análise e de incorporação é demonstração do compromisso do governo federal com o processo de reconstrução da democracia e valorização da participação social na implementação das políticas públicas.

2. PPA Participativo: a maior experiência de participação social na elaboração do plano plurianual

Em maio de 2023 foram comemorados 20 anos da realização dos primeiros Fóruns de Participação Social para a discussão do Plano Plurianual (PPA). Como o PPA Participativo tivemos a mais ampla participação social da história do Brasil na elaboração do PPA, resultado das experiências anteriores, das inovações tecnológicas e do desafio de reconstruir a participação social após um período de desmonte dos mecanismos e processos participativos.

A magnitude do PPA Participativo pode ser vista em perspectiva com os processos de elaboração dos Planos Plurianuais anteriores:

O **PPA 2004-2007 - Plano Brasil de Todos** – foi o processo pioneiro de escuta da sociedade civil. Contou com intensas discussões com os governos das 27 unidades da Federação, com prefeitos e associações municipalistas, além da inédita participação da sociedade civil organizada nos debates das diretrizes e prioridades do PPA, que demonstraram, mais uma vez, que o povo brasileiro quer mudanças profundas e sustentadas. (BRASIL, 2003)

O **PPA 2008-2011 - Programa Compromisso Todos pela Educação** – foi o primeiro processo participativo conduzido por um governo reeleito. A participação social se deu a partir de “cerca de 40 conferências sobre diversas políticas públicas, inúmeros fóruns e conselhos” (BRASIL, 2007, p. 9) e os ministérios foram orientados a promover consultas aos espaços de participação social existentes, como os conselhos, especialmente na discussão dos objetivos e orientações estratégicas setoriais.

O **PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil, Mais Desenvolvimento, Mais Igualdade, Mais Participação** contou com um novo formato de participação, com a incorporação do Fórum Interconselhos enquanto instância transversal. Assim, os conselhos setoriais foram convidados a enviar representantes não governamentais para uma reunião conjunta, como forma de garantir protagonismo à sociedade civil nesse processo. O Fórum Interconselhos foi mantido como instância de monitoramento participativo, foi assim que surgiu o conceito das agendas transversais,

representando uma seleção de atributos do PPA (especialmente metas e objetivos) relacionados por uma identidade temática. A curadoria do conteúdo de cada agenda transversal foi realizada pelo Fórum Interconselhos.²

O PPA 2016-2019 - Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social reaproveitou a experiência do ciclo anterior e mais uma vez o Fórum Interconselhos foi o espaço principal de discussão do conteúdo do plano com a sociedade, em formato semelhante ao que já havia sido utilizado, rebatizado como Fórum Dialoga Brasil. O processo participativo também contou com encontros regionais e temáticos. Os Fóruns Regionais ocorreram em cada uma das regiões do país e os Fóruns Setoriais voltados para quatro segmentos: sindicatos, setor empresarial, mulheres e juventude. Igualmente tivemos a experiência de envolvimento direto da sociedade na elaboração do PPA com a plataforma digital Participa.Br.

PPA 2020-2023 - Planejar, Priorizar, Alcançar pode ser considerado o menos participativo desde 2003. Representa um ponto de inflexão brusco na tendência de aperfeiçoamento da participação social no planejamento federal. O único envolvimento da sociedade civil na elaboração do plano ocorreu em junho de 2019, por meio de uma consulta pública em meio digital tendo “2.100 participações, 193 propostas de alteração nos programas e 1.815 concordâncias” (BRASIL, 2019, p. 23).

2.1. O PPA Participativo de 2024 – 2027: o Brasil com a cara do seu povo

O PPA Participativo, no contexto de reconstrução da participação social envolveu a cidadania brasileira, as organizações, os movimentos sociais, os conselhos e as entidades representativas em um amplo esforço de participação social sobre o futuro do nosso país. Diversificou as camadas de participação e introduziu a experiência massiva da participação digital. Este processo de cogestão do PPA envolvendo governo e sociedade civil iniciou-se com a primeira reunião do Fórum Interconselhos nos dias 18 e 19 de abril e se estendeu para todo o território nacional com a realização das plenárias estaduais, acompanhadas por um amplo processo de mobilização com plenárias e reuniões territoriais e setoriais livres e a Plataforma Brasil Participativo.

² No âmbito internacional, o Fórum Interconselhos também passou a ser visto como uma prática bem-sucedida. Ainda em 2011, a iniciativa foi incluída como um dos compromissos brasileiros no 1º Plano de Ação (2012-2013) da Parceria para o Governo Aberto (OGP), uma articulação internacional, que conta com o Brasil como um dos fundadores, criada para promover práticas de transparência e participação. A participação no PPA também aparece no Segundo (2014-2016) e no Terceiro Plano de Ação (2016-2018) brasileiros para a OGP.

O Fórum Interconselhos foi premiado pela Organização das Nações Unidas com o United Nations Public Service Award, em cerimônia realizada na Coreia do Sul em junho de 2014 (BRASIL, 2018). A iniciativa conquistou o primeiro lugar na categoria “Fostering participation in policy-making decisions through innovative mechanisms”, representando a região da América Latina e Caribe. A distinção, conferida pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas ao Ministério do Planejamento e à Secretaria-Geral como coordenadores do Fórum, era considerada na época como o mais prestigiado prêmio internacional na área de gestão pública.

2.1.1. As Plenárias Estaduais

As plenárias estaduais foram uma camada fundamental no processo do PPA Participativo. Entre 11 de maio e 14 de julho de 2023 foram realizadas 27 plenárias em todas as unidades da federação. O quadro a seguir mostra as datas e horários das plenárias:

Quadro 1. Cronograma das plenárias estaduais

UF	Município	Local	Data	Hora
Bahia	Salvador	Itaipava Arena Fonte Nova	11/05/2023	10h às 13h
Alagoas	Maceió	Centro de Convenções de Maceió	12/05/2023	10h às 13h
Pernambuco	Olinda	Teatro Guararapes	12/05/2023	17h às 20h
Paraíba	João Pessoa	Espaço Cultural José Lins do Rêgo	13/05/2023	10h às 13h
Rio Grande do Norte	Natal	Escola de Governo, Centro Administrativo do Estado	25/05/2023	15h às 18h
Ceará	Fortaleza	Escola Superior do Parlamento Cearense	26/05/2023	10h às 13h
Piauí	Teresina	Centro de Convenções de Teresina	26/05/2023	18h às 21h
Maranhão	São Luís	Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão – UFMA	27/05/2023	10h às 13h
Roraima	Boa Vista	Teatro Municipal de Boa Vista	02/06/2023	11h às 14h
Amazonas	Manaus	Auditório Deputado Belarmino Lins - Assembleia Legislativa do Amazonas	02/06/2023	18h às 21h
Acre	Rio Branco	Auditório da Universidade Federal do Acre	03/06/2023	10h às 13h
Mato Grosso	Cuiabá	Teatro Zulmira Canavarros	15/06/2023	15h às 18h
Tocantins	Palmas	Escola Estadual Professora Elisângela Glória Cardoso	16/06/2023	10h às 13h
Goiás	Aparecida de Goiânia	Anfiteatro Municipal Cantor Leandro	16/06/2023	18h às 21h

UF	Município	Local	Data	Hora
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Teatro Dulce UFMS	17/06/2023	10h às 13h
Pará	Belém	Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia	19/06/2023	18h às 21h
Amapá	Macapá	Auditório do Centro de Ensino Superior do Amapá	20/06/2023	10h às 13h
Sergipe	Aracaju	Teatro Tobias Barreto	22/06/2023	10h às 13h
Distrito Federal	Brasília	Teatro dos Bancários	27/06/2023	18h às 21h
Rondônia	Porto Velho	Teatro Estadual Palácio das Arte	06/07/2023	16h às 19h
Paraná	Curitiba	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná	07/07/2023	8h às 12h
Santa Catarina	Florianópolis	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina	07/07/2023	18h às 21h
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Auditório Dante Barone - Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul	08/07/2023	10h às 13h
Minas Gerais	Belo Horizonte	Sesc Palladium	12/07/2023	10h às 13h
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Teatro Riachuelo - Centro	13/07/2023	10h às 13h
Espírito Santo	Vitória	Espaço Patrick Ribeiro - Aeroporto de Vitória	13/07/2023	18h às 21h
São Paulo	São Paulo	Auditório Simón Bolívar - Memorial da América Latina	14/07/2023	10h às 13h

Fonte: Plataforma do PPA participativo

O público que participou presencialmente nas plenárias estaduais foi superior a 34 mil cidadãos e cidadãs, mas seu alcance foi seguramente maior, pois houve transmissão ao vivo via plataformas digitais. Cabe destacar a participação dos movimentos e das organizações representativas das mulheres, da juventude, do campo, da cidade, sindicatos, movimento LGBTQIA+, movimentos negros e de povos originários.

As plenárias estaduais foram precedidas de plenárias preparatórias, organizadas por uma equipe precursora da Secretaria-Geral da Presidência da República, com movimentos e organizações da sociedade civil, representações da sociedade civil nos conselhos estaduais e municipais, movimentos e organizações participantes do Conselho de Participação Social.

Igualmente foram realizadas múltiplas assembleias e/ou reuniões livres presenciais e digitais autogestionárias pela sociedade para a elaboração de propostas que foram cadastradas e votadas na Plataforma Brasil Participativo antes, durante e depois das plenárias estaduais.

Nas plenárias estaduais, as falas dos representantes contextualizaram as lutas dos movimentos sociais, mostrando a pertinência da proposta com o recorte trazido. Foi pontuado como positivo o fato de o governo estar preocupado em fortalecer instâncias e mecanismos que permitam maior participação popular na atuação governamental.

Além da presença do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva - na Plenária de Abertura em Salvador (BA) - e do Vice-presidente e ministro Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin - na Plenária de encerramento, em São Paulo (SP), destaca-se a presença recorrente em quase todas as plenárias da ministra do Planejamento e Orçamento, e do Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Outros ministros de Estado também participaram e falaram em plenárias diversas, tais como Ministra do Meio ambiente e Mudanças Climáticas, Ministro da Casa Civil, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministro do Trabalho e Emprego, Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ministro das Comunicações, Ministro Chefe da Secretaria da Comunicação Social, Ministro Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Ministro das Cidades, Ministra dos Povos Indígenas, Ministra dos Esportes, Ministra da Cultura e Ministro dos Portos e Aeroportos. Governadores e Presidentes de Assembleias Estaduais também tiveram espaço para a fala.

O público que compunha as plateias era formado de cidadãos e cidadãs, pelos movimentos e pelas organizações que tiveram oportunidade de apresentar suas propostas oralmente. Isso geralmente se refletiu em um envolvimento enérgico e efusivo de apoio das plateias. Além disso, foi recorrente o uso de cartazes que reforçavam as pautas políticas defendidas pela sociedade civil. Como exemplo, eram apresentados faixas e cartazes com os dizeres: “povo negro no orçamento”; “chega de trabalho precário, valorize nosso trabalho”; “feminismo antirracista”; “mais mulheres no orçamento”; “SUS para todos”; “Saúde Integral LGBTQIA+ no PPA”; “Mobilidade Urbana com Dignidade”; “Territórios livres de veneno e das eólicas”; “Mais restaurantes populares”; “Demarcar RN”; “Não ao marco temporal”, entre outros.

Importante ressaltar que os eventos foram gravados e transmitidos ao vivo por diversas plataformas digitais, permitindo, por um lado, a ampliação no acesso às plenárias e, por outro, a criação de uma memória de todo o processo realizado.

Organizadas por Comissões Organizadoras Estaduais, as plenárias tinham como objetivos:

- 1) mobilizar a sociedade civil de cada estado para o PPA Participativo;

- 2) informar sobre o processo de inscrição, apresentação de propostas para o PPA Participativo e a votação dessas propostas na plataforma digital;
- 3) incentivar reuniões e plenárias autogeridas nos territórios e por segmentos; e
- 4) receber essas propostas, ouvir suas defesas e realizar sua votação (pelos participantes da sociedade civil).

Ao longo do processo ocorreram atualizações importantes na metodologia das plenárias no sentido de ampliar o protagonismo da sociedade civil. A participação presencial nas plenárias ocorreu de forma articulada com a plataforma Brasil Participativo. As propostas apresentadas eram elaboradas e inseridas na plataforma digital. Tal procedimento possibilitou melhor compreensão dos usos e interfaces possíveis da plataforma, em que os cidadãos e cidadãs podiam fazer e votar até três propostas ao PPA ou votar em três propostas criadas pela sociedade e votar para priorizar programas. As plenárias contribuíram efetivamente para:

- 1) Informar a sociedade civil estadual sobre a realização do processo participativo, sobre o ciclo do PPA e sobre as formas de contribuição popular;
- 2) Mobilizar a sociedade civil estadual a se organizar para participar do processo, por meio de reuniões e plenárias auto-gestionadas ou outras formas de elaboração de propostas;
- 3) Apresentar e impulsionar propostas feitas na Plataforma Brasil Participativo.

As plenárias também possibilitaram a presença do Governo Federal em todo o território nacional e contribuíram na reconstrução da participação social.

2.1.2. Os Fóruns Interconselhos

O PPA Participativo recriou o Fórum Interconselhos. O Fórum Interconselhos é instância de participação social, um mecanismo para o diálogo entre representantes dos conselhos e comissões de políticas públicas, no intuito de acompanhar as políticas públicas e os programas governamentais, formulando recomendações para aprimorá-las, em especial no que diz respeito a sua intersetorialidade e transversalidade.

Para o Fórum Interconselhos, durante o PPA Participativo, convergiram os esforços de recriação e reformulação dos conselhos nacionais após período de desmobilização e desmonte destas instâncias fundamentais da participação social nas políticas públicas ao acolher a sociedade civil na construção desta esfera pública de diálogo e negociação com o governo. Recriado no processo de elaboração do PPA, esteve reunido em três momentos.

A primeira edição do Fórum Interconselhos para discutir o PPA 2024-2027 ocorreu entre 18 e 19 de abril de 2023, na Escola Superior de Defesa e no Instituto Serzedello Corrêa, em Brasília, com a presença do Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva e de vários ministros de Estado. No mesmo evento, ocorreu a posse dos 68 representantes da sociedade civil no Conselho de

Participação Social. Além dos membros do recém-criado Conselho de Participação Social, também integraram essa edição do Fórum Interconselhos cerca de 300 representantes de outros conselhos nacionais e entidades da sociedade civil organizada (TEBET; MACÊDO, 2023) representativas de políticas públicas que tiveram seus conselhos extintos no governo anterior.

O 1º Fórum Interconselhos dedicou seus esforços para a análise da Dimensão Estratégica do PPA. Divididos em grupos temáticos, os participantes puderam discutir, analisar e criticar a proposta elaborada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) com base nas discussões realizadas com os demais ministérios, durante um conjunto de oficinas técnicas. O resultado do debate foi um conjunto de 291 propostas para alteração e aperfeiçoamento da dimensão estratégica do plano, sendo 31 propostas para ajustes na visão de futuro para 2027 e seus atributos, 84 propostas para ajustes nos valores e nas diretrizes e 176 propostas que, posteriormente, foram sistematizadas e enviadas para análise governamental, como a primeira contribuição do Fórum Interconselhos para a elaboração do PPA 2024-2027.

O 2º Fórum Interconselhos ocorreu entre 10 e 11 de julho de 2023, no Instituto Serzedello Corrêa, em Brasília. O resultado da política de reconstrução dos conselhos esteve evidente nesta edição do Fórum Interconselhos com a ampliação da quantidade de conselhos representados. Na oportunidade foi realizada a devolutiva relacionada às recomendações sobre a dimensão estratégica do PPA que foram construídas durante o fórum anterior, realizado em abril. O resultado da consolidação da dimensão estratégica foi apresentado pela Secretaria Nacional de Planejamento (SEPLAN/MPO) envolvendo a Visão de Futuro, os valores e os 36 objetivos estratégicos da Dimensão Estratégica do PPA.

O segundo tema do Fórum foi a análise das propostas da sociedade civil provenientes da Plataforma Brasil Participativo relativas à Dimensão Tática do PPA. O relatório final das propostas, incluindo as propostas feitas pelo Fórum Interconselhos, foi enviado ao Ministério do Planejamento e Orçamento, a quem coube intermediar, com os ministérios, a análise sobre a incorporação dessas recomendações ao plano.

O Fórum Interconselhos realizará ainda um terceiro encontro no âmbito da elaboração do Plano Plurianual, entre 29 e 30 de agosto, momento em que examinarão a devolutiva da análise e incorporação da participação social no PPA e o delineamento do processo de acompanhamento e monitoramento pela sociedade civil da execução do PPA 2024-2027 em conformidade como previsto neste projeto de lei.

As diversas edições do Fórum Interconselhos realizadas em 2023 representam a retomada de uma trajetória de ampliação da participação social no planejamento público federal, tendência que havia sido interrompida desde 2017.

Muito embora a quantidade de participantes tenha sido semelhante à dos anos anteriores, a quantidade de edições realizadas até agosto (três ao todo) é inédita na história da participação do Fórum na elaboração do PPA. Também merece destaque o compartilhamento da resposta governamental às recomendações da sociedade antes do envio do Projeto de Lei ao Congresso Nacional assegurando ganhos de efetividade da participação social no Projeto de Lei do PPA.

3. A plataforma Brasil Participativo

A participação social mediada por computadores e aplicativos tem tido significativo crescimento nos últimos anos. O Marco Civil da Internet, instituído pela Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014 é uma das primeiras experiências em que destacadamente ocorre a participação por meio digital. Por iniciativa do Ministério da Justiça, entre novembro de 2009 e junho de 2010, foi aberta uma consulta pública para coleta de sugestões, na qual foram amplamente debatidos os princípios, as garantias de direitos e os deveres para o uso da Internet. Mediante duas etapas de consulta, foram recebidas mais de 2.000 contribuições, com a participação de 18.500 pessoas, por meio da ferramenta WordPress. Diversas consultas públicas, com menor destaque, foram realizadas posteriormente, porém era preciso aprofundar o formato de participação digital à dinâmica das redes sociais, que começaram a dominar o funcionamento da internet a partir dos anos 2010.

Assim, no auge das manifestações de junho de 2013, o Governo Federal lança o Participatório - Observatório Participativo da Juventude, como uma rede social governamental voltada a discutir políticas públicas de juventude. A plataforma tem adesão e boa repercussão do Participatório e acaba ganhando o Prêmio A Rede 2014 de melhor site de interesse público. Em 2014 foi lançado o site Participa.br, inspirado na tecnologia do Participatório, que permitia criar comunidades temáticas de discussão e consultas públicas variadas. Abaixo, apresentamos uma breve cronologia da participação social por meio digital no Poder Executivo Federal.

Breve Cronologia da Participação Digital no Governo Federal:

2010 - Marco Civil da Internet

2013 - Participatório - Observatório Participativo da Juventude

2014 - Participa.br

2015 - Dialoga Brasil – 3a. Conferência Nacional de Juventude

2023 - Brasil Participativo (PPA)

Evidenciando o compromisso do governo com a participação social, em 2023 foi decidido que o Programa Plurianual contaria com um processo amplo de participação social, mediante a construção e utilização da Plataforma Brasil Participativo.

Um dos primeiros passos para isso foi a efetivação da Oficina “Desenhando processos participativos para ampliação da participação social no PPA por meios digitais”, ocorrida no período de 22 a 24 de março de 2023, na Escola Nacional de Administração Pública - Enap, em Brasília. Como resultado do evento, quatro principais preocupações se consolidaram como consenso entre os participantes do seminário:

- a navegação deveria levar em conta a experiência do usuário, no sentido de ser intuitiva e de fácil compreensão do ponto de vista de quem utiliza pela primeira vez o site;
- a necessidade de interação entre os processos presenciais e virtuais;
- a obrigatoriedade de se dar a devolutiva aos participantes em relação às propostas feitas; e;
- a importância de oferecer canais de coleta de informação para além do site e aplicativo (por exemplo disponibilizar tótems em lugares de grande fluxo de pessoas), como forma de superar a exclusão digital.

O prazo para o desenvolvimento da plataforma foi bastante exíguo, já que entre esse seminário e o lançamento foram menos de dois meses. O lançamento oficial ocorreu em 11 de maio, na Bahia, na primeira das 27 plenárias estaduais.

A Plataforma Brasil Participativo teve como base para customização o software livre Decidim, desenvolvido inicialmente pela prefeitura de Barcelona (Espanha) e hoje utilizado em centenas de processos participativos em todo o mundo. Essa adaptação contou com o apoio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), da Dataprev, da comunidade Decidim-Brasil e da Universidade de Brasília (UnB). Foi para essa plataforma que convergiram os resultados das diferentes camadas de participação.

A única exigência para o acesso à plataforma foi a identificação do usuário por meio da sua conta no sistema gov.br. Essa conta pode ser facilmente criada, via site (www.gov.br) ou aplicativo de celular por qualquer cidadão ou cidadã, tendo como única exigência a obrigatoriedade de CPF – Cadastro de Pessoa Física - válido. Atualmente mais de 140 milhões de brasileiros estão cadastrados no sistema gov.br.

Apesar de restritivo ao acesso, a exigência de identificação do autor da proposta foi considerada necessária para que não fossem postadas mensagens ofensivas/inadequadas, protegidas pelo anonimato, que poderiam impactar no processo, além de dificultar o uso de robôs que poderiam distorcer o resultado da votação.

A navegação da plataforma priorizou a simplicidade. As informações foram apresentadas de forma clara; houve interação entre as camadas presenciais e digitais e devolutivas aos cidadãos em relação às propostas apresentadas.

3.1. O processo participativo digital

3.1.1 O funcionamento da plataforma

Uma vez definida a utilização do Decidim para o processo do PPA Participativo, tanto a questão de qual a melhor tecnologia quanto de qual metodologia participativa seria mais adequada estavam em grande medida resolvidas. Restava apenas fazer ajustes pontuais, necessários para adaptar o processo às especificidades do PPA. A grande diferença em relação a outros processos que já haviam utilizado tal plataforma estava no porte.

O Decidim tem sido utilizado por centenas de governos locais ao redor do mundo — notadamente na Europa e no Brasil — para a realização de consultas públicas, de orçamentos participativos e debates do tipo mini-público. Porém, esta foi a primeira utilização da plataforma para uma consulta nacional, em um país de dimensões continentais, com uma população de 203,1 milhões de pessoas, conforme os dados do Censo Demográfico de 2022. Para qualificar e dar segurança na participação social através da plataforma digital, foram adotadas algumas medidas:

- Acesso identificado: mencionado na seção anterior, foi utilizado o acesso gov.br, que hoje já proporciona um identificador único para todos os serviços digitais do governo brasileiro.
- Restrição dos recursos do tipo comentário: Pelo sistema original do Decidim, todas as áreas permitiam interação do usuário por meio de comentários das propostas. O formato foi limitado apenas para a apresentação de novas propostas ou apoio por meio do voto numérico, sem comentários dos participantes.
- Fluxo de análise e moderação: a plataforma Decidim não permite moderação prévia, então foi adotado um modelo de moderação humana posterior, em que todas as propostas foram analisadas.

Estas três medidas combinadas tiveram como resultado um processo bastante tranquilo, pouco polarizado e confiável.

3.1.2 O fluxo de moderação

A opção pelo modelo de moderação humana foi necessária pela ausência de experiência anterior que proporcionasse instrumentos para a automatização do processo, tais como, por exemplo, um banco de palavras consideradas ofensivas. A solução foi montar uma equipe composta de 10 moderadores, bolsistas estudantes de cursos de gestão pública e direito da Universidade de Brasília, principalmente, sob coordenação e supervisão de uma servidora, que além de orientar os trabalhos, resolvia os casos que suscitavam dúvidas entre os moderadores.

No processo de moderação foram rejeitadas apenas propostas de conteúdos flagrantemente contrários aos direitos previstos na Constituição, como no caso de propostas que violam direitos humanos. Isto é, passou-se a entender como fora do escopo do PPA propostas incompatíveis com a ordem constitucional. Deste modo, o quadro final foi o seguinte:

Quadro 2. Síntese da moderação de propostas

Total de propostas recebidas e analisadas	8.254
Propostas rejeitadas	80
Propostas ocultadas	5

Fonte: Brasil Relatório do Brasil Participativo (BRASIL, 2023b)

No período de 11 de maio a 20 de julho de 2023 foram recebidos 191 e-mails relativos a dúvidas, denúncias e sugestões. No caso das propostas eventualmente moderadas, também era enviada uma notificação individualizada explicando os motivos de a proposta não ter sido aceita.

3.2. Resultados e dados da plataforma Brasil Participativo

O processo de participação digital em torno do PPA 2024-2027 mostrou-se exemplar para a ampliação dos processos participativos no Brasil, mesmo com suas limitações diante do curto prazo em que a plataforma esteve aberta para o recebimento e votos de propostas da sociedade. A ferramenta mostrou um forte engajamento digital ao mobilizar diferentes segmentos na construção de propostas ao PPA, articulando iniciativas individuais àquelas construídas por movimentos sociais, associações civis e sindicatos em consonância a pautas e reivindicações das comunidades de políticas públicas.

O PPA Participativo engajou mais de 4 milhões de acessos, quase 1,5 milhão de participantes, pessoas que fizeram login no gov.br para acessar a plataforma. Foram 8.394 propostas ao governo; 236.430 participaram votando nos programas priorizados e 1.294.851 participaram votando nas propostas realizadas pela sociedade durante o processo participativo. Contudo, os dados de interações indicam que o pico de acesso e votação coincidiu com o prazo limite para a participação na Plataforma, sendo as últimas duas semanas o momento de maior fluxo de acessos.

Isto sugere que o bom resultado do processo de participação junto à Plataforma digital foi decorrente da própria campanha de divulgação realizada pelo governo por meio das plenárias estaduais e dos Fóruns Interconselhos, assim como por entidades e ativistas interessados no processo. A campanha para a participação junto à Plataforma foi sendo fortalecida ao longo das últimas semanas, em decorrência tanto da realização das plenárias estaduais, que foram acumulando participantes, engajamentos de múltiplas redes da sociedade civil, bem como pela mobilização realizada pelo conjunto dos ministérios e por um número significativo de parlamentares que pediram votos ao PPA em suas mídias pessoais.

Assim, na última semana, foram encaminhadas 2.175 propostas, sendo que o prazo final para o envio de propostas e votação se encerrou apenas dois dias após a última plenária realizada em São Paulo, em 14 de julho. O volume tão extenso de propostas apresentadas nos últimos momentos mostrou, por um lado, um forte engajamento à campanha do PPA Participativo, por outro, significou um limite aos participantes, principalmente quanto à capacidade de análise plena dos conteúdos de um conjunto amplo de propostas inseridas somente ao final do processo.

O resultado que apontou as propostas mais votadas mostra que houve uma forte mobilização corporativa vinculada às propostas de melhoria ou ampliação de carreiras do serviço público que por meio de campanhas e mobilização de categorias profissionais concentraram votos em propostas dessa temática. O baixo número de propostas rejeitadas ou ocultadas (85), por estarem fora do escopo ou violarem os termos de uso, indica que o processo de moderação humana anterior à publicação ajudou a minimizar o impacto de possíveis ataques de redes extremistas.

Quadro 3. Síntese do uso da Plataforma

Acessos à plataforma	4.087.540
Total de votos na plataforma	1.529.826
Total de propostas	8.254
Propostas com menos de 20 votos	6.398
Propostas rejeitadas	80
Propostas enviadas para avaliação dos Ministérios	760

Fonte: Brasil Relatório do Brasil Participativo (Brasil, 2023b)

4. Incorporação das propostas ao PPA 2024-2027

Após o fechamento da consulta pública, foram selecionadas as 50 propostas mais votadas em âmbito geral e as 20 propostas mais votadas por cada um dos 37 Ministérios, perfazendo um total de 760 propostas escolhidas para serem enviadas para os Ministérios, com a orientação de considerarem sua incorporação no PPA ou a indicação de outro encaminhamento cabível.

Essa relação foi apresentada e discutida durante o segundo Fórum Interconselhos, conforme indicado na seção 3, bem como também recebeu uma análise técnica do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), indicando possibilidades de aderência ou não ao escopo e aos atributos do PPA.

A relação de 20 propostas - com as duas análises acima descritas, foi enviada para cada um dos ministérios para consideração. Além disso, foi realizada uma reunião coordenada pelos Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministra do Planejamento e Orçamento

e Secretaria Executiva da Casa Civil com Secretários-Executivos, os subsecretários de Planejamento, Orçamento e Administração dos ministérios e as respectivas assessorias de participação para apresentar as diretrizes e ressaltar a importância da incorporação das propostas dos cidadãos. Por fim, o MPO também realizou oficinas bilaterais com cada um dos ministérios para tirar dúvidas e detalhar melhor as possibilidades de incorporação.

Os ministérios apresentaram sua devolutiva, detalhada em relatório do MPO, que será apresentada e discutida no último Fórum Interconselhos, antes do envio do Projeto de Lei para o Congresso Nacional, cujo prazo é 31 de agosto de 2023.

Ainda que a reconstrução e a retomada dos canais de participação social no âmbito do Poder Executivo Federal estejam em andamento, é possível vislumbrar um esforço para se desenhar uma estrutura ampla e complexa, reunindo diferentes temáticas, públicos e formas de mobilização social. Nesse sentido, a experiência da Plataforma Brasil Participativo permitiu ganhos e aprendizados para processos futuros.

Assim, no desenho da participação social do terceiro mandato do Governo Lula, a participação por meios digitais ganhou uma nova centralidade em relação aos processos institucionalizados nos governos anteriores.

Diante desse cenário, a estruturação da Secretaria-Geral da Presidência da República — como órgão articulador das diferentes instituições participativas — permite integrar diferentes processos, ampliando os ganhos em termos de democratização no debate sobre políticas públicas. No caso específico da Plataforma Brasil Participativo, essa pode ser um canal importante para reestruturar ações de comunicação e engajamento social em políticas públicas, reconhecendo a relevância das metodologias que marcaram as experiências originárias do contexto de redemocratização brasileira, mas também incorporando as novas formas de mobilização e ativismo típicas do meio digital.

Para tanto, esse modelo deve encarar os desafios contemporâneos de articulação a partir das redes de comunicação e informação, o que impõe novos desafios metodológicos à educação popular e à mobilização para a democracia.

Da mesma forma, a inovação presente na elaboração do PPA Participativo, por meio da integração bem-sucedida entre as camadas presenciais — como as plenárias estaduais e os fóruns Interconselhos — e as camadas digitais (a Plataforma Brasil Participativo), pode permitir avanços de escala até então desconhecidos no universo das instituições participativas.

5. Análise do perfil geral dos participantes

Para a elaboração desta seção foram utilizadas diferentes bases de dados: a) Painel de Administrador da Plataforma, que fornece dados sobre propostas (título e descrição), número de votos

e informações quantitativas de participantes; b) Estudo qualitativo da Dataprev, que apresenta o cruzamento das bases do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS); Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e Cadastro Único (CADÚnico), que possibilitam traçar o perfil de participação e dos votos mobilizados.

O PPA Participativo engajou quase 1,5 milhão de participantes, pessoas que fizeram login no gov.br para acessar a plataforma Brasil Participativo. Foram 8.394 propostas ao governo, 236.430 participaram votando nos programas priorizados e 1.294.851 participaram votando nas propostas realizadas pela sociedade durante o processo participativo.

Importante pontuar que, no início do processo, ocorreu uma intercorrência relacionada ao cadastramento via gov.br, resultando em uma inconsistência na tabela de pessoas usuárias (users) do Decidim. Essa tabela foi utilizada pela Dataprev na elaboração do estudo dos dados. Entre 11/05/2023 e 30/05/2023, foram registrados 1.725 CPFs vinculados a 777 user_id duplicados. Em 30/05/2023, a plataforma foi atualizada para evitar novos cadastros com e-mails já registrados, resolvendo o problema. Isso apresentou uma diferença de 1.538 votos (0,1% do total) no estudo realizado pela Dataprev (item c das fontes de dados), devido aos CPFs com user_id duplicados. Contudo, essa discrepância não afeta o ranking de propostas do PPA Participativo, pois todas as votações e propostas foram recebidas e integraram o processo de definição do PPA.

5.1. Perfil dos participantes - por região do país

Com base nos registros, dos 1.422.529 participantes, 7,11% são da região Norte, 31,12%, da região Nordeste, 37,50%, da região Sudeste, 16,66%, da região Sul e 7,59%, da região Centro-oeste. Vale destacar que, apesar da região Sudeste ter tido uma participação mais expressiva se comparada com o total de participantes nacionais, o Nordeste e o Sul tiveram um percentual maior de participação, em valores relativos, se comparados com os seus percentuais com base na população total de suas regiões, sendo 26,92 % e 14,24 %, respectivamente. Nas demais regiões, esse valor é de 8,95 % na região Norte, 41,98 % na região Sudeste e 7,91 % na região Centro-oeste.

Com relação ao número total de participantes por estado, São Paulo apresenta o maior número, com 229.185 participantes, seguido por Rio de Janeiro (145.242), Minas Gerais (135.458) e Rio Grande do Sul (124.029).

No que se refere ao número de participantes por estado com base na sua população local, o Distrito Federal destaca-se com 1,29% da sua população participando do processo, tendo o Amapá (1,22%) e o Rio Grande do Norte (1,11%) em seguida.

Região	População	%	Participante	%	Propostas	%	Votos	%	Votos Programa	Votos Proposta
NORTE	19.353.062	8,95	101.118	7,11	801	9,54	111.230	7,26	21.378	89.852
Rondônia	1.851.491	0,86	10.780	0,76	45	0,54	11.152	0,73	1.185	9.967
Acre	931.268	0,43	6.047	0,43	66	0,79	6.931	0,45	893	6.038
Amazonas	4.391.960	2,03	16.307	1,15	109	1,30	17.202	1,12	3.197	14.005
Roraima	683.769	0,32	4.765	0,33	48	0,57	6.282	0,41	929	5.353
Pará	8.945.219	4,14	40.153	2,82	322	3,84	43.098	2,81	6.205	36.893
Amapá	908.689	0,42	11.048	0,78	144	1,72	14.269	0,93	7.767	6.502
Tocantins	1.640.666	0,76	12.018	0,84	67	0,80	12.296	0,80	1.202	11.094
NORDESTE	58.223.677	26,92	442.757	31,12	2.476	29,50	462.133	30,18	53.556	408.577
Maranhão	7.227.850	3,34	45.728	3,21	252	3,00	46.231	3,02	5.607	40.624
Piauí	3.302.519	1,53	27.265	1,92	162	1,93	28.568	1,87	3.217	25.351
Ceará	9.342.908	4,32	63.072	4,43	337	4,01	65.526	4,28	7.841	57.685
Rio Grande do Norte	3.612.280	1,67	40.217	2,83	211	2,51	42.699	2,79	4.159	38.540
Paraíba	4.099.203	1,90	36.449	2,56	195	2,32	38.649	2,52	3.974	34.675
Pernambuco	9.786.666	4,52	77.670	5,46	418	4,98	81.740	5,34	9.299	72.441
Alagoas	3.391.204	1,57	19.450	1,37	134	1,60	20.701	1,35	2.517	18.184
Sergipe	2.376.447	1,10	16.917	1,19	102	1,22	17.636	1,15	2.283	15.353
Bahia	15.084.600	6,97	115.989	8,15	665	7,92	120.383	7,86	14.659	105.724
SUDESTE	90.806.278	41,98	533.454	37,50	3.250	38,72	575.016	37,55	103.911	471.105
Minas Gerais	21.634.690	10,00	135.458	9,52	771	9,19	142.625	9,31	18.183	124.442
Espírito Santo	4.194.227	1,94	23.569	1,66	156	1,86	24.990	1,63	3.260	21.730
Rio de Janeiro	17.644.073	8,16	145.242	10,21	899	10,71	158.485	10,35	37.616	120.869
São Paulo	47.333.288	21,88	229.185	16,11	1.424	16,96	248.916	16,26	44.852	204.064
SUL	30.801.938	14,24	236.936	16,66	1.195	14,24	266.009	17,37	39.987	226.022
Paraná	11.751.111	5,43	64.644	4,54	351	4,18	69.088	4,51	9.974	59.114
Santa Catarina	7.504.322	3,47	48.263	3,39	233	2,78	51.085	3,34	6.187	44.898

Rio Grande do Sul	11.546.505	5,34	124.029	8,72	611	7,28	145.836	9,52	23.826	122.010
CENTRO-OESTE	17.099.314	7,91	107.965	7,59	670	7,98	116.555	7,61	17.516	99.039
Mato Grosso do Sul	2.896.624	1,34	16.992	1,19	111	1,32	19.054	1,24	3.077	15.977
Mato Grosso	3.646.630	1,69	14.137	0,99	110	1,31	14.847	0,97	2.108	12.739
Goiás	7.388.558	3,42	36.065	2,54	203	2,42	37.534	2,45	5.062	32.472
Distrito Federal	3.167.502	1,46	40.771	2,87	246	2,93	45.120	2,95	7.269	37.851
Ignorada	-	-	299	0,02	2	0,02	338	0,02	82	256
BRASIL	216.284.269	100	1.422.529	100	8.394	100	1.531.281	100	236.430	1.294.851

Fonte: Relatório Brasil Participativo. Dados: Dataprev com base nos dados do CadÚnico, CNIS e RAIS

5.2. Perfil dos participantes - por sexo

Se compararmos os percentuais de participantes, propostas e votos que participaram do PPA Participativo, em comparação com o número de mulheres e homens no Brasil (PNAD, 2022)³, as mulheres superaram as taxas populacionais (51,1%) em termos de participação e votação, enquanto os homens superaram a taxa populacional (48,9%) como proponentes.

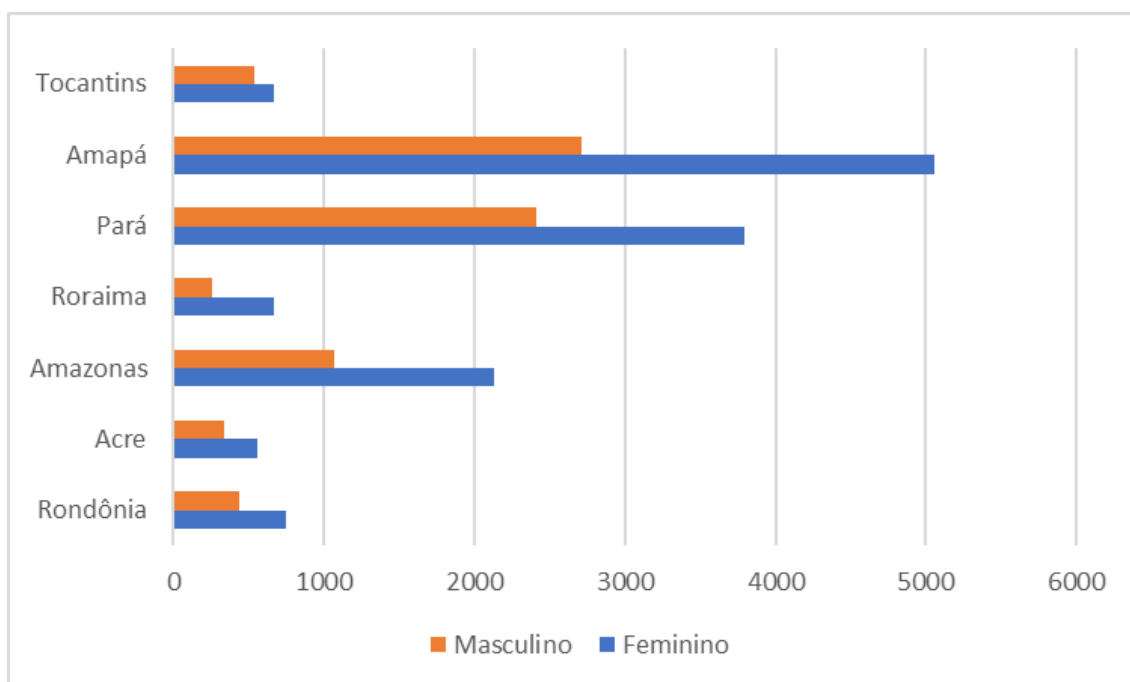
Sexo	Participantes	%	Propostas	%	Votos	%	Votos Programa	Votos Proposta
Masculino	558.702	39,28	4.238	50,49	609.420	39,8	91.804	517.616
Feminino	863.827	60,72	4.156	49,51	921.861	60,2	144.626	777.235

Fonte: Relatório Brasil Participativo. Dados: Dataprev com base nos dados do CadÚnico, CNIS e RAIS

Na Região Norte, o público do sexo feminino representou 13.618 votos e o masculino, 7.760. O estado do Amapá destacou-se no número de votos da região, com 2.710 votos masculinos e 5.057 votos femininos (gráfico 1).

³ Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) 2022, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,9% de homens e 51,1% de mulheres.

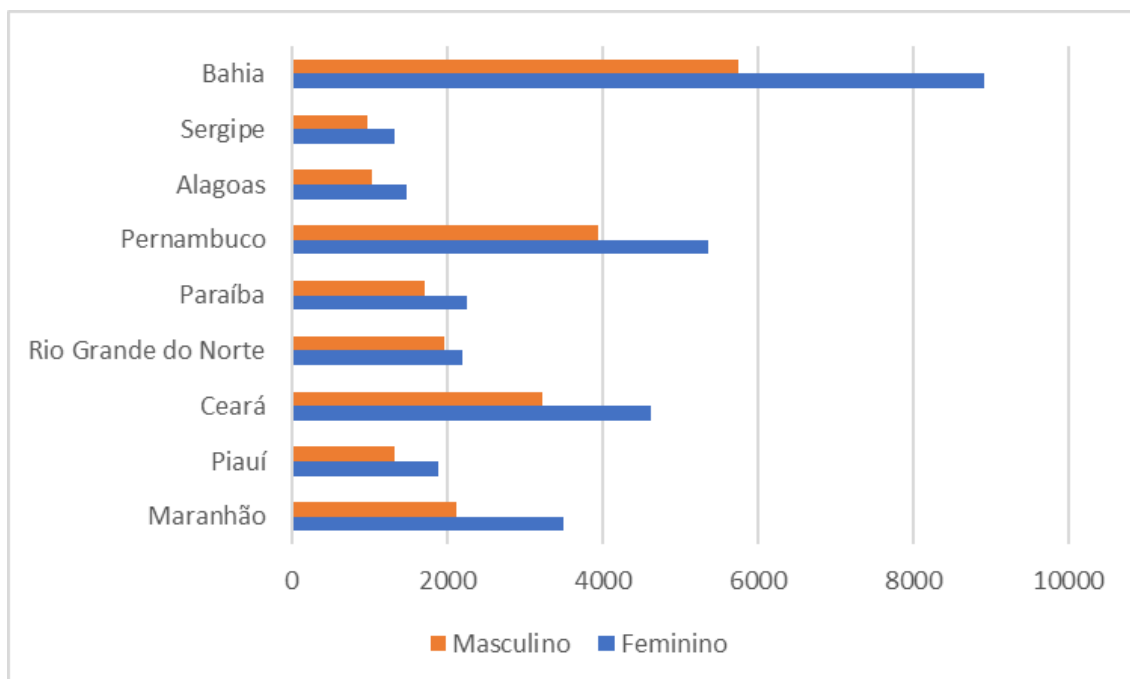
Gráfico 1. Número de votos da Região Norte por sexo



Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

No Nordeste, os programas obtiveram 31.526 votos de mulheres e 22.028 votos de homens, no total. O estado da Bahia concentrou o maior número de votos, contabilizando 8.914 votos femininos e 5.744 votos masculinos (gráfico 2), o que representa 27,37% dos votos totais do estado.

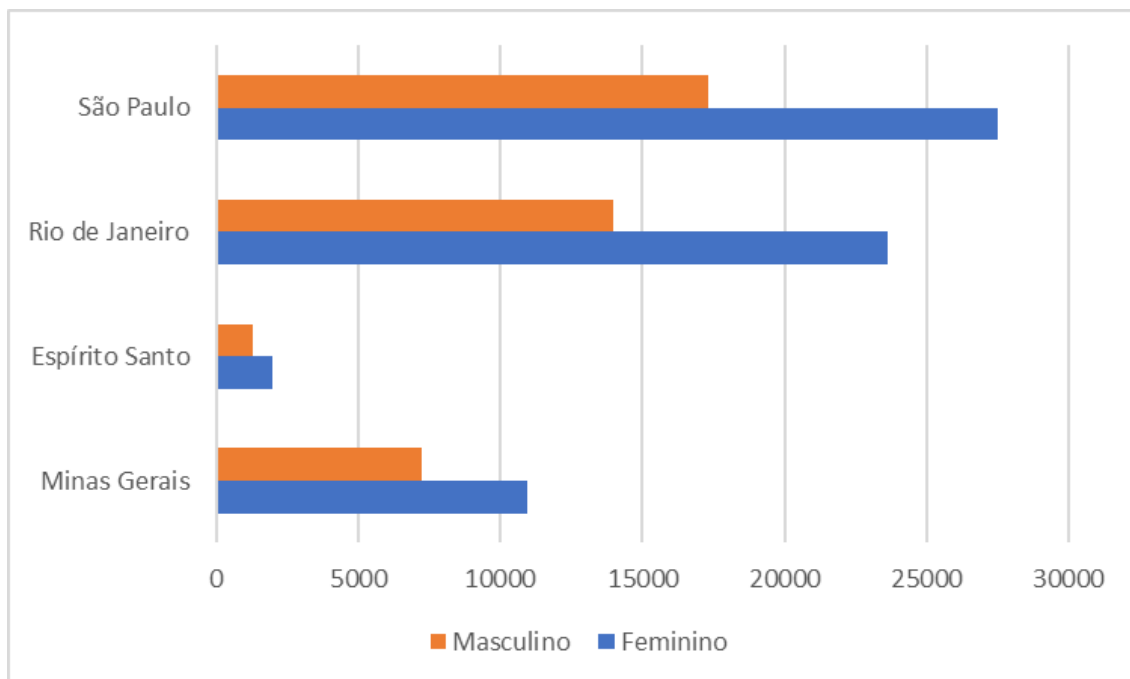
Gráfico 2. Número de votos da Região Nordeste por sexo



Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Na Região Sudeste, região com maior número de votos, computou-se 64.068 votos do sexo feminino e 39.830 do sexo masculino. Os votantes do sexo feminino lideraram no estado de São Paulo, com 27.516 votos femininos contra 17.330 masculinos (gráfico 3) — a maior diferença entre os votos de todos os estados, sendo 10.186 femininos a mais que masculinos.

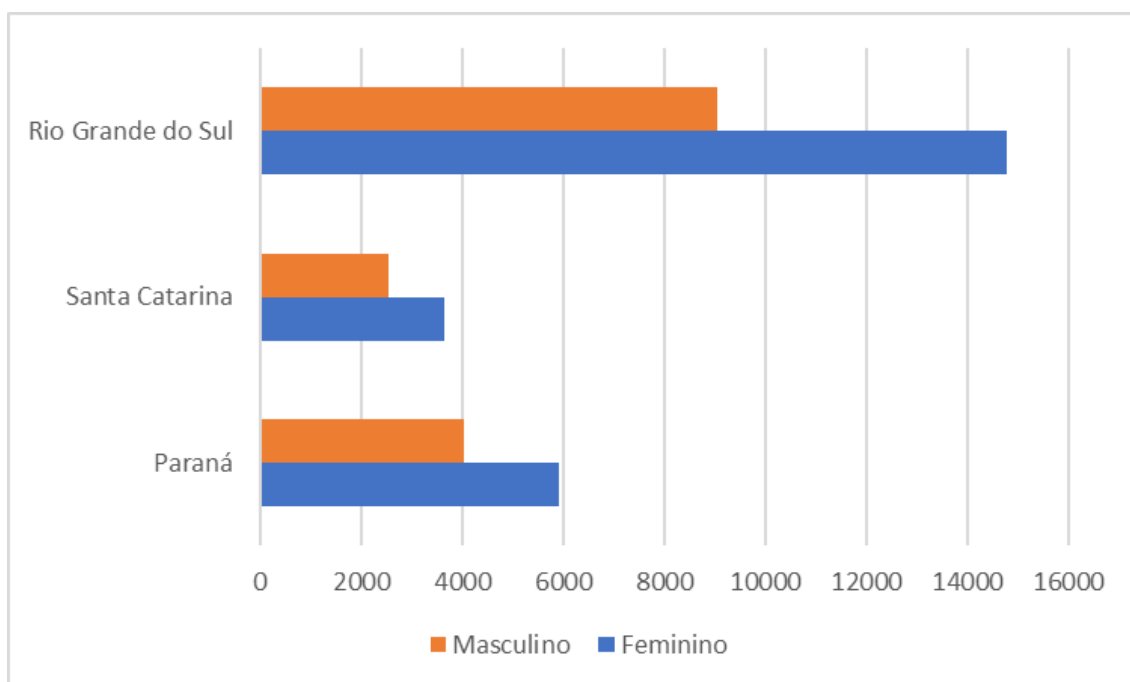
Gráfico 3. Número de votos da Região Sudeste por sexo



Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

A Região Sul obteve 15.622 votos do sexo masculino e 24.360 do sexo feminino. O estado com mais votos foi o estado do Rio Grande do Sul, com o total de 23.822 votos (gráfico 4), o que representa 59,58% dos votos totais da região.

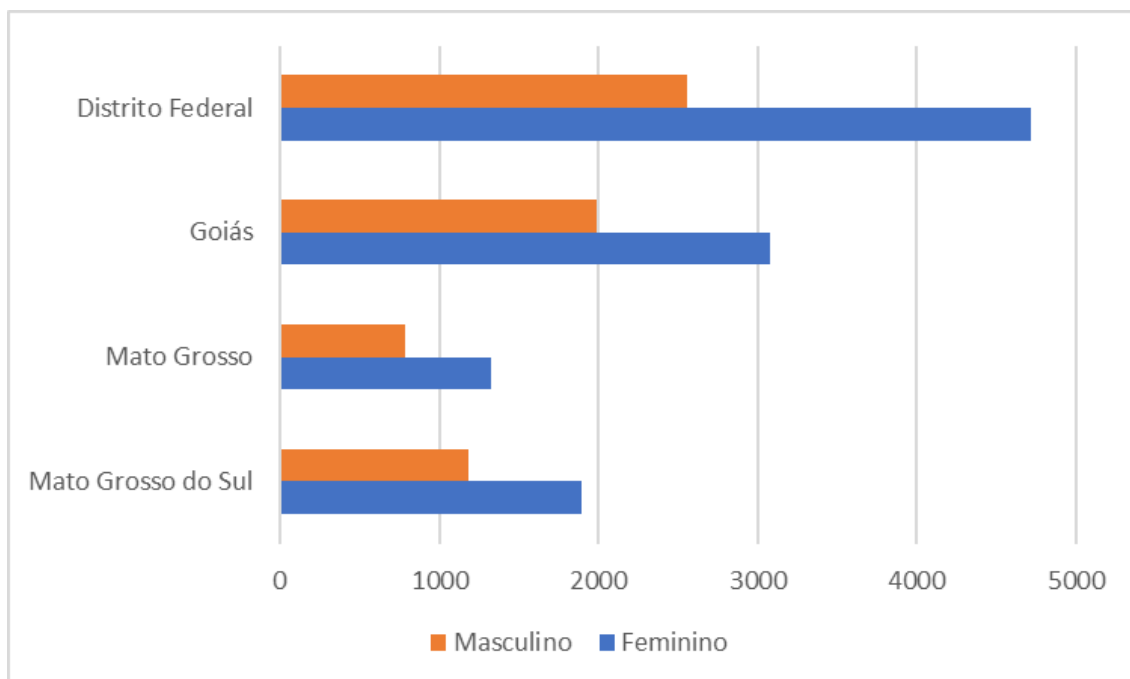
Gráfico 4. Número de votos da Região Sul por sexo



Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

O Centro-oeste, região com menor número de habitantes, totalizou 6.509 votos masculinos e 11.007 votos femininos, tendo o Distrito Federal como o estado com mais números de votos: 7.269 (4.716 femininos e 2.553 masculinos).

Gráfico 5. Número de votos da Região Centro-oeste por sexo



Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

5.3. Perfil dos participantes - faixa etária

Ao analisar os dados relacionados à faixa etária, é possível observar que a maior parte dos participantes da plataforma Brasil Participativo se encontra na faixa entre 30 e 44 anos (41,98%), já entre as propostas, o maior percentual de votos está entre 45 e 59 anos (35,64%) e 30 a 44 anos (35,18%). O maior percentual de votos (42,30%) está na faixa etária entre 30 e 44 anos:

Grupo de idade	Participantes	%	Propostas	%	Votos	%	Votos Programa	Votos Propostas
Até 14 anos	1981	0.15%	10	0.14%	878	0.06%	206	690
15 a 24 anos	156040	11.99%	550	7.44%	206105	13.47%	37994	168111
25 a 34 anos	374566	28.79%	1327	17.94%	394513	25.78%	31750	177300
35 a 44 anos	405470	31.16%	1279	17.30%	443500	28.98%	58426	215415
45 a 54 anos	244264	18.77%	2067	27.95%	271121	17.72%	40043	110784
55 a 64 anos	65419	5.03%	1597	21.60%	156858	10.25%	28835	128023
65 a 70 anos	53397	4.10%	565	7.64%	57199	3.74%	11762	45437

Fonte: Relatório Brasil Participativo

A participação de crianças e adolescentes no **PPA Participativo** foi pouco expressiva, conforme o esperado. Os jovens apresentaram percentual de participação e votação maiores do que a taxa de distribuição para essa população no Brasil (22,50%), demonstrando engajamento, embora tenham proposto menos (14,32%). Já a participação de idosos (acima de 60 anos) apresentou-se abaixo do esperado se compararmos com o percentual populacional desse grupo (15,57%) em todas as categorias: participantes, proponentes e votantes.

6. Perfil dos participantes – Programas

O governo federal priorizou 28 programas, previstos no Plano Plurianual (PPA), para serem votados no processo do PPA Participativo pela sociedade. A coleta de dados relacionada a esses programas foi realizada na plataforma Brasil Participativo durante o período de 11 de maio a 16 de julho. As variáveis incluídas nesta seção referem-se ao perfil do participante, tais como: região, sexo e faixa etária. Além disso, o número de votos e temas também são apresentados para compor a análise. Salienta-se que o quadro abaixo compreende as regiões, sexo e faixa etária que obtiveram o maior número de votos no referido programa para uma visão geral.

	Programa	Temas	Nº de votos	Região	Sexo	Faixa Etária
1	<u>Enfrentamento da Emergência Climática</u>	Meio Amb. e Mudança do Clima	20.534	Sudeste (56,13%)	Feminino (58,39%)	35 a 44 anos (23,27%)
2	<u>Atenção Primária à Saúde</u>	Saúde	20.427	Sudeste (35,39%)	Feminino (68,31%)	35 a 44 anos (26,11%)
3	<u>Atenção Especializada à Saúde</u>	Saúde	18.786	Sudeste (34,04%)	Feminino (69,36%)	35 a 44 anos (26,87%)
4	<u>Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda</u>	Trabalho e Emprego	16.316	Sudeste (45,10%)	Feminino (54,81%)	35 a 44 anos (21,60%)
5	<u>Turismo, esse é o Destino</u>	Turismo	15.246	Sudeste (85,88%)	Feminino (60,60%)	25 a 34 anos (29,06%)
6	<u>Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome</u>	Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	15.161	Sudeste (41,34%)	Feminino (64,02%)	25 a 34 anos (26,89%)
7	<u>Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo</u>	Igualdade Racial	12.477	Sudeste (49,88%)	Feminino (64,95%)	35 a 44 anos (28,37%)
8	<u>Agricultura Familiar e Agroecologia</u>	Desenv. Agrário e Agricult. Familiar	10.964	Sudeste (36,71%)	Feminino (54,69%)	35 a 44 anos (26,17%)
9	<u>Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade</u>	Educação	9.192	Sudeste (42,37%)	Feminino (58,50%)	35 a 44 anos (27,94%)
10	<u>Juventude: Direitos, participação e bem viver</u>	Presidência da República	9.099	Norte (62,81%)	Feminino (63,08%)	25 a 34 anos (22,12%)
11	<u>Mulher: Viver sem Violência</u>	Mulheres	7.766	Sudeste (41,83%)	Feminino (82,39%)	25 a 34 anos (26,01%)
12	<u>Direito à Cultura</u>	Cultura	7.489	Sudeste (43,17%)	Feminino (55,43%)	35 a 44 anos (26,04%)
13	<u>Moradia Digna</u>	Cidades	6.451	Sudeste (39,30%)	Feminino (63,57%)	35 a 44 anos (24,89%)

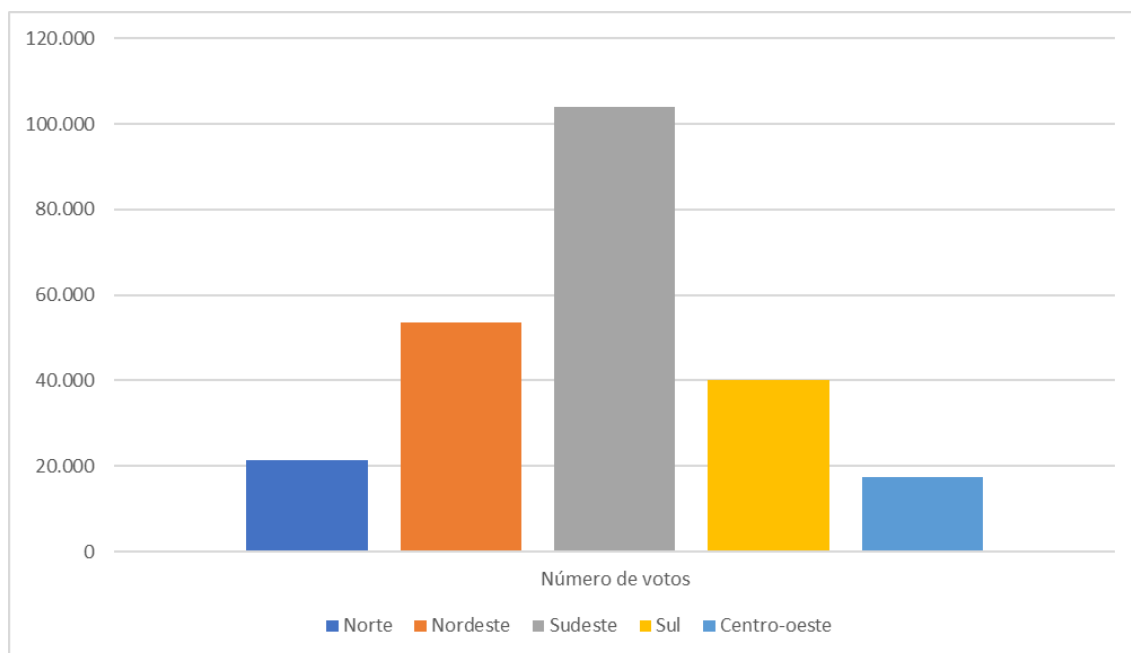
	Programa	Temas	Nº de votos	Região	Sexo	Faixa Etária
14	<u>Educação Superior: qualidade, democracia e sustentabilidade</u>	Educação	6.428	Sudeste (40,23%)	Feminino (56,97%)	35 a 44 anos (25,97%)
15	<u>Promoção da Cidadania, Proteção, Defesa de Direitos Humanos e Reparação a Violações</u>	Direitos Humanos e Cidadania	6.163	Sudeste (47,40%)	Feminino (56,89%)	25 a 34 anos (28,21%)
16	<u>Economia Popular, Solidária e Sustentável</u>	Trabalho e Emprego	6.000	Sudeste (40,63%)	Feminino (62,58%)	35 a 44 anos (24,46%)
17	<u>Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI</u>	Ciência Tecnologia e Inovação	5.705	Sudeste (42,93%)	Masculino (50,25%)	35 a 44 anos (25,31%)
18	<u>Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas</u>	Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	5.025	Sudeste (38,73%)	Feminino (69,56%)	25 a 34 anos (30,69%)
19	<u>Mobilidade Urbana</u>	Cidades	4.955	Sudeste (42,76%)	Feminino (52,04%)	25 a 34 anos (26,41%)
20	<u>Política Econômica para o Crescimento e Desenv. Socioeconômico Sustentável e Inclusivo</u>	Fazenda	4.381	Sudeste (40,61%)	Feminino (55,20%)	35 a 44 anos (24,94%)
21	<u>Segurança Pública com Cidadania</u>	Justiça e Segurança Pública	4.283	Sudeste (39,65%)	Masculino (50,34%)	35 a 44 anos (29,23%)
22	<u>Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para a cidadania e o bem viver dos Povos Indígenas</u>	Povos Indígenas	4.106	Sudeste (46,22%)	Feminino (65,00%)	35 a 44 anos (26,04%)
23	<u>Comunicações para Inclusão e Transformação</u>	Comunicações	4.082	Sudeste (39,78%)	Feminino (64,18%)	35 a 44 anos (24,86%)
24	<u>Esporte para Vida</u>	Esporte	3.422	Sudeste (41,64%)	Feminino (58,74%)	35 a 44 anos (27,00%)
25	<u>Pesca e Aquicultura Sustentáveis</u>	Pesca e Aquicultura	3.245	Nordeste (45,33%)	Feminino (60,41%)	35 a 44 anos (27,38%)
26	<u>Neoindustrialização</u>	Desenv., Ind., Comércio e Serviços	3.168	Sudeste (42,89%)	Masculino (57,71%)	25 a 34 anos (26,34%)
27	<u>Transição Energética</u>	Minas e Energia	2.773	Sudeste (45,35%)	Masculino (53,46%)	25 a 34 anos (28,20%)
28	<u>Produção Agropecuária Sustentável</u>	Agricultura e Pecuária	2.460	Sudeste (40,10%)	Feminino (58,12%)	35 a 44 anos (27,03%)
Total			215.570			

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

6.1. Perfil dos participantes - programas por região

Os 28 programas analisados receberam o total de 215.570 votos. A região Sudeste, que promoveu o maior número de votos, foi responsável por 103.898 votos, seguida da região Nordeste, com 53.554 votos, da região Sul, com 39.982, da região Norte, com 21.378, e da região Centro-oeste, com 17.516 votos (gráfico 6).

Gráfico 6. Número de votos dos programas por região



Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Os programas “Enfrentamento da emergência climática”, “Atenção primária à saúde” e “Atenção especializada à saúde” aparecem como mais votados com 20.534, 20.427 e 18.786 votos, respectivamente, tendo a região Sudeste como predominante nas três colocações.

Os programas “Juventude: Direitos, participação e bem viver” e “Pesca e Aquicultura Sustentáveis” tiveram as regiões Norte e Nordeste como líderes de votos, respectivamente. Os outros 26 programas foram liderados pela região Sudeste no número de votos.

A maior parte das regiões tiveram contribuição de votos na base de um voto para cada mil habitantes, com destaque de participação para a região Sul com um voto para cada 770 habitantes e da região Sudeste com um voto para cada 874 habitantes.

Abaixo são apresentados os três programas mais votado por estado:

Tabela 1. Votação dos programas por estado - Norte

Estado	Programa	Votos
Acre	8. Agricultura Familiar e Agroecologia	97
	1. Enfrentamento da Emergência Climática	83
	2. Atenção Primária à Saúde	75
Amapá	10. Juventude: Direitos, participação e bem viver	5.317
	2. Atenção Primária à Saúde	271
	3. Atenção Especializada à Saúde	245
Amazonas	2. Atenção Primária à Saúde	303
	3. Atenção Especializada à Saúde	287
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	254
Pará	2. Atenção Primária à Saúde	552
	3. Atenção Especializada à Saúde	512
	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	465
Rondônia	2. Atenção Primária à Saúde	108
	1. Enfrentamento da Emergência Climática	99
	3. Atenção Especializada à Saúde	98
Roraima	13. Moradia Digna	96
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	81
	2. Atenção Primária à Saúde	77
Tocantins	3. Atenção Especializada à Saúde	97
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	95
	2. Atenção Primária à Saúde	85

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 2. Votação dos programas por estado - Nordeste

Estado	Programa	Votos
Alagoas	2. Atenção Primária à Saúde	266
	3. Atenção Especializada à Saúde	213
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	200
Bahia	2. Atenção Primária à Saúde	1.464
	3. Atenção Especializada à Saúde	1.399
	7. Promoção da Igualdade Étnico-racial, Combate e Superação do Racismo	1.021
Ceará	2. Atenção Primária à Saúde	779
	3. Atenção Especializada à Saúde	721
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	618

Estado	Programa	Votos
Maranhão	2. Atenção Primária à Saúde	523
	3. Atenção Especializada à Saúde	520
	25. Pesca e Aquicultura Sustentáveis	459
Paraíba	2. Atenção Primária à Saúde	369
	3. Atenção Especializada à Saúde	213
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	200
Pernambuco	2. Atenção Primária à Saúde	906
	3. Atenção Especializada à Saúde	802
	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	704
Piauí	2. Atenção Primária à Saúde	340
	3. Atenção Especializada à Saúde	325
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	259
Rio Grande do Norte	2. Atenção Primária à Saúde	383
	3. Atenção Especializada à Saúde	351
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	323
Sergipe	2. Atenção Primária à Saúde	196
	3. Atenção Especializada à Saúde	182
	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	179

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 3. Votação dos programas por estado – Sudeste

Estado	Programa	Votos
Espírito Santo	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	310
	2. Atenção Primária à Saúde	282
	1. Enfrentamento da Emergência Climática	262
Minas Gerais	1. Enfrentamento da Emergência Climática	2.071
	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	1.588
	2. Atenção Primária à Saúde	1.513
Rio de Janeiro	5. Turismo, esse é o Destino	11.970
	1. Enfrentamento da Emergência Climática	2.935
	2. Atenção Primária à Saúde	2.254
São Paulo	1. Enfrentamento da Emergência Climática	6.257
	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	3.468
	2. Atenção Primária à Saúde	3.183

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 4. Votação dos programas por estado – Sul

Estado	Programa	Votos
Paraná	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	902
	1. Enfrentamento da Emergência Climática	896
	3. Atenção Especializada à Saúde	773
Rio Grande do Sul	2. Atenção Primária à Saúde	3.813
	3. Atenção Especializada à Saúde	3.626
	1. Enfrentamento da Emergência Climática	2.023
Santa Catarina	1. Enfrentamento da Emergência Climática	664
	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	556
	2. Atenção Primária à Saúde	484

Tabela 5. Votação dos programas por estado – Centro-oeste

Estado	Programa	Votos
Distrito Federal	1. Enfrentamento da Emergência Climática	693
	7. Promoção da Igualdade Étnico-racial, Combate e Superação do Racismo	647
	2. Atenção Primária à Saúde	577
Goiás	2. Atenção Primária à Saúde	437
	3. Atenção Especializada à Saúde	416
	1. Enfrentamento da Emergência Climática	403
Mato Grosso	2. Atenção Primária à Saúde	210
	3. Atenção Especializada à Saúde	187
	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	161
Mato Grosso do Sul	8. Agricultura Familiar e Agroecologia	391
	11. Mulher: Viver sem Violência	282
	2. Atenção Primária à Saúde	233

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

6.2. Perfil dos participantes - programas por sexo

No que diz respeito ao perfil dos participantes por sexo, o sexo feminino predominou nos votos em 25 dos 28 programas. Ele totalizou 144.613 votos dos 215.570 gerais, o que equivale a 67% dos votos em âmbito nacional. O público feminino votou em média 1,6 vezes a mais que o público masculino. As propostas nas quais o sexo masculino liderou em relação às mulheres foram: “Transição Energética”, “Neoindustrialização” e “Segurança Pública com Cidadania”.

No âmbito regional, o público do sexo feminino apresentou mais votos na região Sudeste, com 64.068, e menos votos na região Centro-oeste, com 11.007 votos, não sendo diferente do sexo masculino, que obteve mais votos na região Sudeste, 39.830, e menos na região Centro-oeste, 6.509 votos.

Em uma análise estadual, o público feminino apresentou maior votação no estado de São Paulo, com 27.516 votos, e menor votação no estado do Acre, com 554 votos. O sexo masculino, por sua vez, recebeu mais votos no estado de São Paulo, 17.330 votos, e menos no estado de Roraima, 258 votos.

O programa mais votado pelo sexo feminino, em âmbito nacional, foi “Atenção primária à saúde”, com 13.961 votos, e o mais votado pelo sexo masculino foi o “Enfrentamento da Emergência Climática”, com 8.544 votos.

Quanto aos temas das propostas, apresenta-se uma atenção maior das mulheres para a área da saúde e dos homens para questões climáticas e de trabalho, emprego e renda.

Ranking de programas mais votados pelo sexo feminino

	Programa	Nº de votos
1	Atenção Primária à Saúde	13.961
2	Atenção Especializada à Saúde	13.045
3	Enfrentamento da Emergência Climática	11.989
4	Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	9.713
5	Turismo, esse é o Destino	9.282

Ranking de programas mais votados pelo sexo masculino

1	Enfrentamento da Emergência Climática	8.544
2	Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	7.377
3	Atenção Primária à Saúde	6.477
4	Turismo, esse é o Destino	6.036
5	Atenção Especializada à Saúde	5.763

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Ranking de programas mais votados pelo sexo feminino – por região

	Programa	Nº de votos
Norte	Juventude: Direitos, participação e bem viver	3.698
Nordeste	Atenção Primária à Saúde	3.537
Sudeste	Turismo, esse é o Destino	8.179
Sul	Atenção Primária à Saúde	3.405
Centro-oeste	Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo	446

Ranking de programas mais votados pelo sexo masculino - por região

Norte	Juventude: Direitos, participação e bem viver	2.021
Nordeste	Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	1.759
Sudeste	Turismo, esse é o Destino	4.976
Sul	Atenção Primária à Saúde	1.645
Centro-oeste	Enfrentamento da Emergência Climática	259

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

6.3. Perfil dos participantes - programas por faixa-etária

Na análise dos dados relacionados à faixa-etária com base nos programas, observa-se maior contribuição de pessoas de 25 a 34 anos (25,02%). O programa com maior número de votos geral por faixa-etária foi o “Juventude: Direitos, participação e bem viver”, com 5.363 votos de jovens de 15 a 24 anos.

A tabela abaixo apresenta, de forma segmentada, as 3 (três) propostas mais votadas por cada faixa-etária:

FAIXA-ETÁRIA	PROPOSTA
Até 14 anos	3. Atenção Especializada à Saúde 5. Turismo, esse é o Destino 2. Atenção Primária à Saúde
15 a 24 anos	10. Juventude: Direitos, participação e bem viver 4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda 5. Turismo, esse é o Destino

FAIXA-ETÁRIA	PROPOSTA
25 a 34 anos	2. Atenção Primária à Saúde 3. Atenção Especializada à Saúde 5. Turismo, esse é o Destino
35 a 44 anos	2. Atenção Primária à Saúde 3. Atenção Especializada à Saúde 1. Enfrentamento da Emergência Climática
45 a 54 anos	2. Atenção Primária à Saúde 3. Atenção Especializada à Saúde 1. Enfrentamento da Emergência Climática
55 a 64 anos	1. Enfrentamento da Emergência Climática 2. Atenção Primária à Saúde 3. Atenção Especializada à Saúde
65 ou mais	1. Enfrentamento da Emergência Climática 2. Atenção Primária à Saúde 8. Agricultura Familiar e Agroecologia

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

De forma regional, a Região Norte teve maior participação de jovens de 15 a 24 anos, tendo como o estado do Amapá como parte fundamental para esse fato, com 7.767 votos nessa faixa.

Na Região Nordeste, adultos de 35 a 44 anos tiveram destaque nos votos das propostas, com três estados com maior número de votos nessa faixa: Alagoas, Bahia e Pernambuco.

O Sudeste obteve mais votos nas propostas entre a faixa de 25 a 34 anos, com 25.662 votos, sendo o estado de São Paulo responsável por 43,18% dessa faixa.

A Região Sul concentrou o maior número de votos em propostas na faixa de 35 a 44 anos — faixa com maior número de votos no Paraná e Rio Grande do Sul.

O Centro-oeste concentrou o maior número de votos, nas propostas, na faixa de 25 a 34 anos. Distrito Federal, Mato Grosso e Goiás tiveram maior ocorrência de votos na faixa de 25 a 34 anos. Mato Grosso do Sul, adultos de 35 a 44 anos.

As tabelas seguintes apresentam o quantitativo de votos por estado, nas propostas, por faixa-etária.

Tabela 6. Votação dos programas por faixa-etária - Norte

Estado	Faixa-etária	Votos
Acre	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	146
	25 a 34 anos	244
	35 a 44 anos	257
	45 a 54 anos	142
	55 a 64 anos	86
	65 ou mais	18
Amapá	Até 14 anos	7
	15 a 24 anos	5.736
	25 a 34 anos	1.427
	35 a 44 anos	303
	45 a 54 anos	181
	55 a 64 anos	106
	65 ou mais	7
Amazonas	Até 14 anos	3
	15 a 24 anos	628
	25 a 34 anos	1.010
	35 a 44 anos	724
	45 a 54 anos	528
	55 a 64 anos	240
	65 ou mais	64
Pará	Até 14 anos	8
	15 a 24 anos	1.095
	25 a 34 anos	1.731
	35 a 44 anos	1.584
	45 a 54 anos	1.041
	55 a 64 anos	560
	65 ou mais	186
Rondônia	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	3
	25 a 34 anos	8
	35 a 44 anos	10
	45 a 54 anos	2
	55 a 64 anos	1
	65 ou mais	1
	Até 14 anos	3
	15 a 24 anos	159

Estado	Faixa-etária	Votos
Roraima	25 a 34 anos	293
	35 a 44 anos	269
	45 a 54 anos	150
	55 a 64 anos	46
	65 ou mais	8
Tocantins	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	262
	25 a 34 anos	286
	35 a 44 anos	287
	45 a 54 anos	234
	55 a 64 anos	112
	65 ou mais	21

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 7. Votação dos programas por faixa-etária - Nordeste

Estado	Faixa-etária	Votos
Alagoas	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	487
	25 a 34 anos	762
	35 a 44 anos	547
	45 a 54 anos	439
	55 a 64 anos	205
	65 ou mais	43
Bahia	Até 14 anos	11
	15 a 24 anos	2.110
	25 a 34 anos	3.858
	35 a 44 anos	4.147
	45 a 54 anos	2.512
	55 a 64 anos	1.517
	65 ou mais	325
Ceará	Até 14 anos	12
	15 a 24 anos	1.417
	25 a 34 anos	2.198
	35 a 44 anos	1.948
	45 a 54 anos	1.177
	55 a 64 anos	838
	65 ou mais	153

Estado	Faixa-etária	Votos
Maranhão	Até 14 anos	1
	15 a 24 anos	855
	25 a 34 anos	1.570
	35 a 44 anos	1.562
	45 a 54 anos	964
	55 a 64 anos	497
	65 ou mais	158
Paraíba	Até 14 anos	9
	15 a 24 anos	729
	25 a 34 anos	966
	35 a 44 anos	1.044
	45 a 54 anos	634
	55 a 64 anos	413
	65 ou mais	179
Pernambuco	Até 14 anos	7
	15 a 24 anos	1.417
	25 a 34 anos	2.456
	35 a 44 anos	2.337
	45 a 54 anos	1.771
	55 a 64 anos	923
	65 ou mais	225
Piauí	Até 14 anos	5
	15 a 24 anos	444
	25 a 34 anos	908
	35 a 44 anos	867
	45 a 54 anos	572
	55 a 64 anos	331
	65 ou mais	57
Rio Grande do Norte	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	649
	25 a 34 anos	1.065
	35 a 44 anos	1.097
	45 a 54 anos	680
	55 a 64 anos	515
	65 ou mais	152
Sergipe	Até 14 anos	4
	15 a 24 anos	426
	25 a 34 anos	651
	35 a 44 anos	568

Estado	Faixa-etária	Votos
	45 a 54 anos	371
	55 a 64 anos	190
	65 ou mais	42

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 8. Votação dos programas por faixa-etária - Sudeste

Estado	Faixa-etária	Votos
Espírito Santo	Até 14 anos	6
	15 a 24 anos	492
	25 a 34 anos	828
	35 a 44 anos	822
	45 a 54 anos	536
	55 a 64 anos	426
	65 ou mais	100
Minas Gerais	Até 14 anos	15
	15 a 24 anos	2.307
	25 a 34 anos	4.313
	35 a 44 anos	4.738
	45 a 54 anos	2.946
	55 a 64 anos	2.632
	65 ou mais	1.232
Rio de Janeiro	Até 14 anos	52
	15 a 24 anos	5.434
	25 a 34 anos	9.567
	35 a 44 anos	8.626
	45 a 54 anos	6.512
	55 a 64 anos	5.065
	65 ou mais	2.353
São Paulo	Até 14 anos	17
	15 a 24 anos	5.904
	25 a 34 anos	10.954
	35 a 44 anos	11.430
	45 a 54 anos	7.718
	55 a 64 anos	6.043
	65 ou mais	2.780

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 9. Votação dos programas por faixa-etária - Sul

Estado	Faixa-etária	Votos
Paraná	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	1.389
	25 a 34 anos	2.426
	35 a 44 anos	2.367
	45 a 54 anos	2.017
	55 a 64 anos	1.321
	65 ou mais	453
Rio Grande do Sul	Até 14 anos	20
	15 a 24 anos	2.121
	25 a 34 anos	4.748
	35 a 44 anos	6.225
	45 a 54 anos	4.676
	55 a 64 anos	4.274
	65 ou mais	1.758
Santa Catarina	Até 14 anos	12
	15 a 24 anos	961
	25 a 34 anos	1.579
	35 a 44 anos	1.535
	45 a 54 anos	988
	55 a 64 anos	781
	65 ou mais	331

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 10. Votação dos programas por faixa-etária - Centro-oeste

Estado	Faixa-etária	Votos
Distrito Federal	Até 14 anos	6
	15 a 24 anos	969
	25 a 34 anos	2.047
	35 a 44 anos	2.200
	45 a 54 anos	1.290
	55 a 64 anos	583
	65 ou mais	174
Goiás	Até 14 anos	8
	15 a 24 anos	811
	25 a 34 anos	1.424
	35 a 44 anos	1.247
	45 a 54 anos	876

Estado	Faixa-etária	Votos
	55 a 64 anos	508
	65 ou mais	188
Mato Grosso	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	421
	25 a 34 anos	623
	35 a 44 anos	526
	45 a 54 anos	336
	55 a 64 anos	145
	65 ou mais	57
Mato Grosso do Sul	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	432
	25 a 34 anos	769
	35 a 44 anos	834
	45 a 54 anos	586
	55 a 64 anos	371
	65 ou mais	85

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

7. Perfil dos participantes - por proposta

A plataforma Brasil Participativo possibilitou a coleta de propostas da sociedade. Foram 8.254 propostas cadastradas. Nesta seção serão apresentadas as principais propostas votadas por região, sexo e faixa-etária com base nas 50 propostas mais votadas.

7.1. Por região

Em todas as regiões, as propostas mais votadas na plataforma concentraram-se nos temas da Saúde, Educação e Segurança Pública, com algumas poucas diferenças nas prioridades. Enquanto no Norte e no Nordeste a prioridade foi o tema da Saúde, com a proposta de valorização profissional de Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias (ACS/ACE), no Sudeste e no Sul, a prioridade foi a área da Segurança Pública, com a proposta sobre segurança jurídica para guardas municipais.

No Centro-Oeste, a prioridade de votos em propostas também foi a área da Segurança Pública, mas na proposta referente ao aumento de cargos para Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Tabela 11. Votação das propostas por região - Norte

Região	Propostas	Votos
Norte	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	8.373
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	7.591
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	6.138
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	4.696
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	3.280

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Na Região Nordeste, as propostas mais votadas na plataforma concentraram-se nos temas da Saúde, Segurança Pública e Educação, conforme é possível visualizar na tabela a seguir:

Tabela 12. Votação das propostas por região - Nordeste

Região	Propostas	Votos
Nordeste	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	55.091
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	45.640
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	32.870
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	28.821
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	21.438

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 13. Votação das propostas por região - Sudeste

Estado	Proposta	Votos
Sudeste	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	352.98
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	26.261
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	25.896
	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	21.161
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	17.563

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 14. Votação das propostas por região - Sudeste

Estado	Propostas	Votos
Sul	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	12273
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	10021
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	8284
	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	7541
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	5981

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 15. Votação das propostas por região - Centro-oeste

Estado	Propostas	Votos
Centro-oeste	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	8022
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	7643
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	5830
	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	5128
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	3226

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

7.2. Por sexo

Na tabela a seguir, é possível destacar a prioridade das propostas mais votadas no recorte por sexo. Para as mulheres, o tema da Saúde está em primeiro lugar, com a proposta que pede aumento do piso da Enfermagem. Ainda para as mulheres, em segundo lugar o tema da Saúde segue em destaque, com a proposta que pede valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias (ACS/ACE).

Já para os homens, a prioridade é o tema da Segurança Pública, com a proposta que pede segurança jurídica para os guardas municipais. No segundo lugar, os homens seguem priorizando o tema da Segurança, com a proposta que pede aumento de cargos para a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Ranking de propostas mais votadas pelo sexo feminino

	Proposta	Nº de votos
1	Aumento do Piso da Enfermagem	70.257
2	Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	63.106
3	Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	38.988
4	Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	28.754
5	Segurança Pública Cidadã - Segurança jurídica para os guardas municipais	22.696

Ranking de programas mais votados pelo sexo masculino

1	Segurança Pública Cidadã - Segurança jurídica para os guardas municipais	52.824
2	Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	44.425
3	Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	38.165
4	Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	32.630
5	Aumento do Piso da Enfermagem	22.245

7.3. Por faixa-etária

No quesito faixa-etária, até 14 anos, a prioridade é Educação, com a proposta que pede reestruturação da carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE). De 15 a 34, a prioridade passa a ser Segurança Pública, com a proposta que pede aumento de cargos para a Polícia Rodoviária Federal (PRF). De 35 a 39 anos, a prioridade é Saúde, com a proposta que pede aumento do piso da Enfermagem.

De 40 a 59, a prioridade também é Saúde, com destaque para a proposta que pede valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias (ACS/ACE). A partir de 60 anos, a prioridade é Educação, também com a proposta que pede reestruturação da carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE)

Faixa-etária	Propostas	Votos
Até 14 anos	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	172
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	159
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	144
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	114
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	78
Faixa-etária	Propostas	Votos
15 a 24 anos	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	14.267
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	10.463
	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	10.375
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	6.146
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	4.654
Faixa-etária	Proposta	Votos
25 a 34 anos	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	33.031
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	29.435
	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	20.918

Faixa-etária	Proposta	Votos
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	19.211
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	18.008
Faixa-etária	Proposta	Votos
35 a 44 anos	2. Aumento do Piso da Enfermagem	33.140
	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	32.299
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	31.164
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	26.617
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	16.972
Faixa-etária	Proposta	Votos
45 a 54 anos	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	22.361
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	16.611
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	14.544
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	12.575
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	5.219
Faixa-etária	Proposta	Votos
55 a 64 anos	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	8.232
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	7.621
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	5.760
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	4.083
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	2.508

Faixa-etária	Proposta	Votos
65 anos ou mais	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	2.987
	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	1.379
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	1.061
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	1.023
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	759

8. Incorporação dos resultados da participação no PPA

8.1. Dimensão estratégica: 1º Fórum Interconselhos

O resultado da participação na plataforma contou com um total de **291 propostas**, sendo **31 propostas** para ajustes na **visão de futuro 2027** e seus atributos, **84 propostas** para ajustes nos **valores** e nas **diretrizes** e **176 propostas** para ajustes nos **temas prioritários** dos eixos da dimensão estratégica do PPA.

8.1.1 Ajuste na visão de futuro e atributos

A **visão inicial de futuro** proposta foi: “Um país democrático, justo e próspero, onde todas as pessoas vivam com dignidade e qualidade de vida”. Após sugestões do Fórum Interconselhos, ficou: “Um país democrático, justo, **desenvolvido e ambientalmente sustentável**, onde todas as pessoas vivam com **qualidade**, dignidade e **respeito às diversidades**”.

A proposta inicial continha os seguintes **atributos** da visão de futuro:

- **Democracia:** Promover a participação social e garantir os princípios democráticos
- **Equidade:** Inclusão, justiça social e igualdade de oportunidades
- **Prosperidade:** Crescimento econômico com sustentabilidade ambiental e social

A proposta ajustada incorporou as seguintes contribuições do Fórum Interconselhos:

- **Democracia:** Promover a participação social e garantir a **pluralidade** e os princípios democráticos
- **Equidade:** Inclusão, justiça social, **garantia de direitos** e igualdade de oportunidades
- **Desenvolvimento:** Crescimento econômico com sustentabilidade ambiental e **inclusão social**

8.1.2 Ajuste nos valores e diretrizes

Por sua vez, a proposta de valores e diretrizes esteve em discussão no Fórum Interconselhos e foi ajustada conforme consta na figura abaixo.

Figura 1. Proposta inicial e ajustada de valores e diretrizes

Proposta inicial	
Valores	Diretrizes
Democracia	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a inclusão econômica e a melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de direitos
Diversidade e justiça social	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a redução das desigualdades sociais e regionais • Valorizar a diversidade cultural e regional • Fortalecer a equidade de gênero, raça, etnia e outros
Sustentabilidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos • Apoiar a transição para a economia verde, digital e criativa • Promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados
Ajustados	
Valores	Diretrizes
Democracia	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a inclusão econômica e social e a melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de direitos e cidadania
Diversidade e justiça social	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a redução das desigualdades sociais e regionais • Valorizar a diversidade cultural e regional • Fortalecer a equidade de gênero, raça, etnia, com respeito à orientação sexual e garantida inclusão de pessoas com deficiência
Sustentabilidade socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos • Apoiar a transição para a economia verde, digital e criativa com fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação. • Fortalecer a dimensão socioambiental nas políticas públicas

Proposta inicial	
Valores	Diretrizes
Participação social	<ul style="list-style-type: none"> Promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados
Atuação colaborativa	<ul style="list-style-type: none"> Atuar em articulação com atores públicos, privados e do terceiro setor visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do Estado Promover a cooperação internacional para o desenvolvimento Potencializar a cooperação federativa
Sustentabilidade fiscal	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e responsável
Excelência na gestão	<ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital
Ajustados	
Valores	Diretrizes
Participação social	<ul style="list-style-type: none"> Promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação do orçamento e das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados
Atuação colaborativa	<ul style="list-style-type: none"> Atuar em articulação com movimentos sociais e agentes públicos, privados e do terceiro setor visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do Estado Promover a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável Potencializar a cooperação federativa
Responsabilidade fiscal e social	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente fiscal e socialmente responsável
Excelência na gestão	<ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital

8.1.3 Ajuste nos temas prioritários por eixos

Por fim, quanto aos eixos e temas prioritários, os seguintes ajustes foram realizados.

Figura 2. Proposta inicial dos temas prioritários do Eixo 1

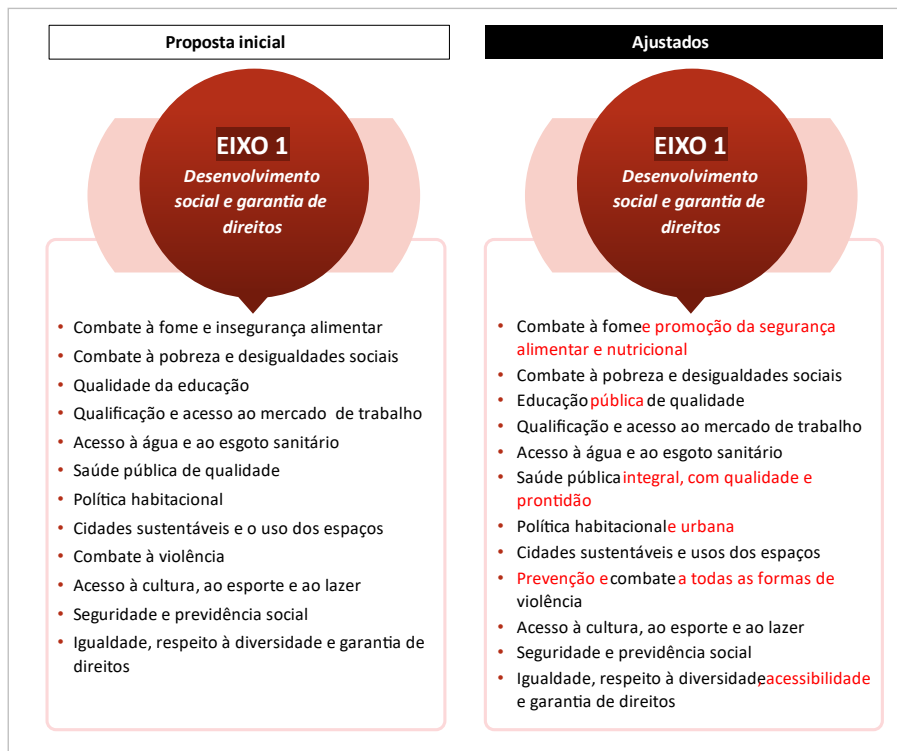


Figura 3. Proposta inicial dos temas prioritários do Eixo 2

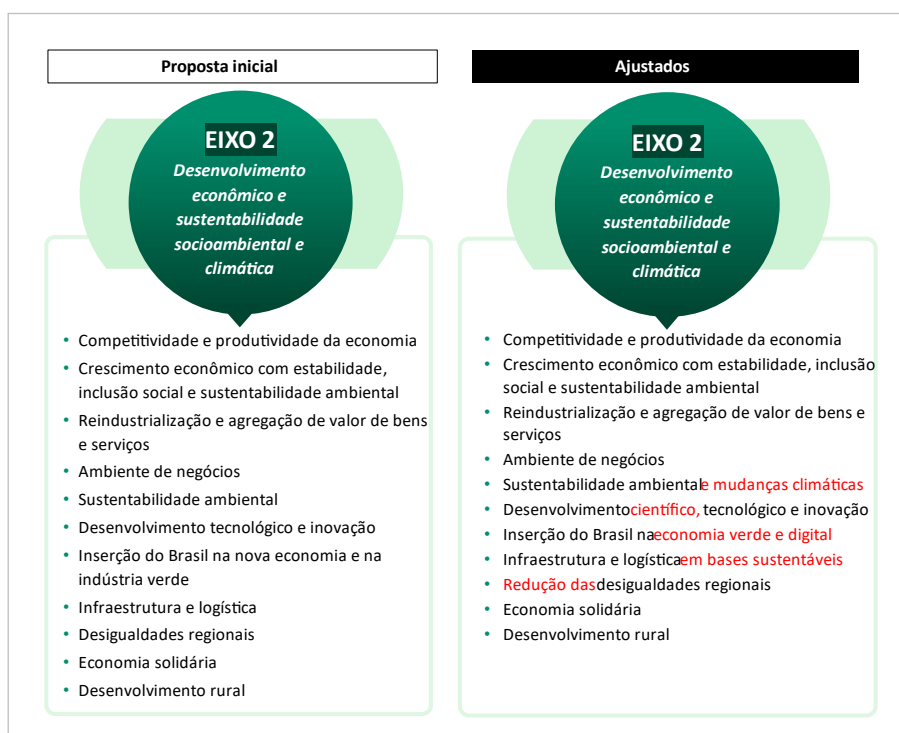
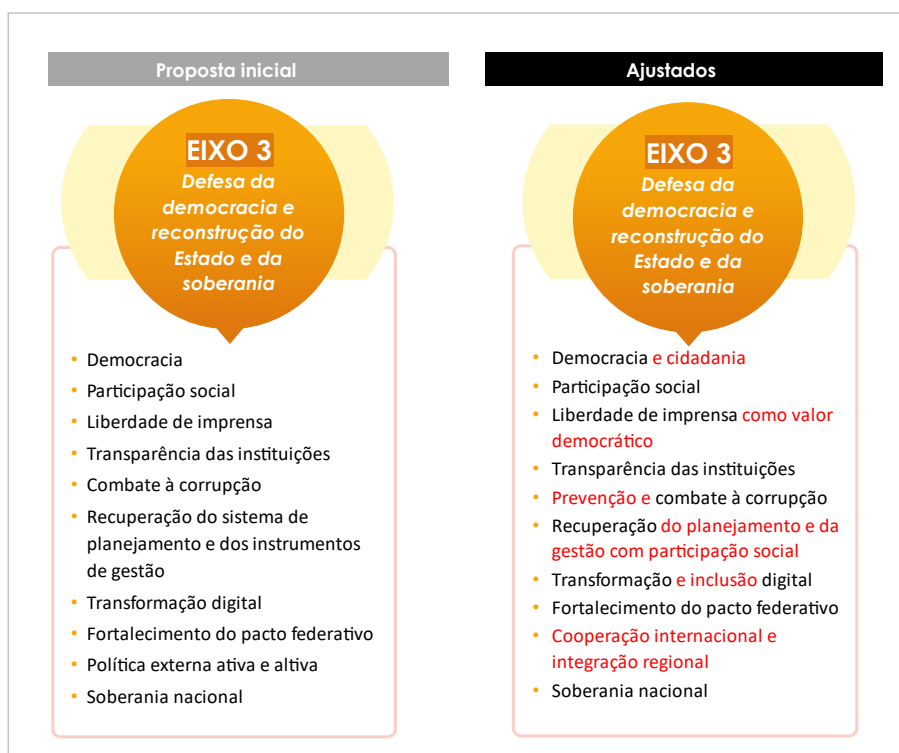


Figura 4. Proposta inicial dos temas prioritários do Eixo 3



8.2. Dimensão tática: 2º Fórum Interconselhos e Plataforma Brasil Participativo

Os resultados da priorização dos programas foram contemplados no PPA 2024-2027. Entre as prioridades estabelecidas estão a temática do primeiro programa mais votado “Combate ao desmatamento e enfiamento à mudança climática”, do segundo e do terceiro (Saúde – Atenção primária e especializada), do quarto “Promoção do trabalho digno, emprego e renda” e Educação básica, já que se tratou do tema específico com maior número de propostas (48).

A análise e processo de incorporação das propostas relativas à Dimensão Tática do PPA iniciou no 2º Fórum Interconselhos, realizado entre 10 e 11 de julho, quando os participantes se posicionaram sobre as 20 propostas mais votadas por ministério constantes no relatório parcial da Plataforma Digital (de caráter preliminar, de 06 de julho de 2023) e apresentaram suas contribuições para a dimensão tática do PPA. Este relatório, em conjunto com o Relatório Final da Plataforma Brasil Participativo, de 19 de julho de 2023, constituíram a base de contribuição da participação social na elaboração do PPA 2024-2027.


Tais relatórios do PPA Participativo foram enviados para a Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, que avaliou o conteúdo recebido de forma a:

- Identificar as propostas endereçadas a um Ministério, mas que, eventualmente versavam sobre temas afetos às competências de outras pastas;
- Identificar as propostas endereçadas a um Ministério cuja competência não estava relacionada ao objeto da proposta;

Neste último caso, a SEPLAN buscou direcionar a proposta para o órgão setorial competente.

Realizada esta primeira etapa, a SEPLAN empreendeu esforço para sistematizar em uma matriz todas as sugestões enviadas a cada um dos ministérios. Assim, cada um dos ministérios recebeu uma “Matriz modelo para orientação quanto à incorporação das propostas recebidas pela sociedade no PPA” (Figura 5), que continha informações referentes às propostas com sua descrição, à avaliação do Fórum Interconselhos, às possibilidades técnicas de enquadramento no âmbito do PPA, além de espaço para o órgão responder se incorporou ao PPA, em qual programa, em qual atributo e a justificativa em caso de não incorporação. Este instrumento permitiu que as propostas fossem distribuídas a todos os ministérios que possivelmente estariam envolvidos com a temática sugerida, o que viabilizou a análise de maneira mais abrangente e completa.

Figura 5. Matriz modelo para orientação quanto à incorporação das propostas recebidas pela sociedade no PPA



Ministério das Comunicações
Encaminhamento das propostas da consulta pública | Possibilidades técnicas de incorporação ao PPA

SECRETARIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO | MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO | GOVERNO FEDERAL | UNIAE E RECONSTRUÇÃO

Ministério das Comunicações - propostas		Interação com		Encaminhamento do Segob ao Ministério (Segob/Sec)			Resultado da Matriz							
Ranking	Proposta	Descrição	Voto	Avaliação	Correspondência em programa do Ministério	Programa relacionado	Órgão	Possibilidade técnica de incorporação ao PPA - para avaliação do Ministério	Objeto	Incorporação no PPA	Programa	Atributo	Detalhamento do Atributo	Justificativa, em caso de não incorporação
1	Revisão da Lei nº 12.550/2012	Atualização da legislação para garantir a continuidade da prestação de serviços de telecomunicações, com ênfase na garantia da universalização, especialmente no âmbito da telefonia fixa, e da prestação de serviços de telecomunicações para o Brasil. A proposta prevê a criação de um novo órgão regulador, o Conselho Nacional de Telecomunicações, com a finalidade de regular e supervisionar o setor de telecomunicações, incluindo a concessão de licenças e a fiscalização da qualidade dos serviços.	98	Alta	Sim	Comunicação para o Brasil e Inovação	Ministério das Comunicações	A proposta está alinhada com o Objetivo Estratégico "Promover o desenvolvimento da infraestrutura de telecomunicações e de serviços de telecomunicações para o Brasil" e "Melhorar a qualidade dos serviços de telecomunicações".						
2	Política de universalização de serviços de telecomunicações para o Brasil	Política de universalização de serviços de telecomunicações para o Brasil, com o objetivo de garantir o acesso universal aos serviços de telecomunicações, especialmente no âmbito da telefonia fixa, e da prestação de serviços de telecomunicações para o Brasil. A proposta prevê a criação de um novo órgão regulador, o Conselho Nacional de Telecomunicações, com a finalidade de regular e supervisionar o setor de telecomunicações, incluindo a concessão de licenças e a fiscalização da qualidade dos serviços.	75	Alta	Sim	Comunicação para o Brasil e Inovação	Ministério das Comunicações	A proposta está alinhada com o Objetivo Estratégico "Promover o desenvolvimento da infraestrutura de telecomunicações e de serviços de telecomunicações para o Brasil" e "Melhorar a qualidade dos serviços de telecomunicações".						
3	Constituição do Conselho Nacional de Telecomunicações	Constituição do Conselho Nacional de Telecomunicações, com a finalidade de regular e supervisionar o setor de telecomunicações, incluindo a concessão de licenças e a fiscalização da qualidade dos serviços.	60	Alta	Sim	Comunicação para o Brasil e Inovação	Ministério das Comunicações	Não do âmbito do PPA.						
4	Instituto Digital e Anísio de Serviços de Telecomunicações	Instituto Digital e Anísio de Serviços de Telecomunicações, com a finalidade de regular e supervisionar o setor de telecomunicações, incluindo a concessão de licenças e a fiscalização da qualidade dos serviços.	44	Alta	Sim	Comunicação para o Brasil e Inovação	Ministério das Comunicações	A proposta está alinhada com o Objetivo Estratégico "Promover o desenvolvimento da infraestrutura de telecomunicações e de serviços de telecomunicações para o Brasil" e "Melhorar a qualidade dos serviços de telecomunicações".						

Iniciou-se então um processo de diálogo com cada um dos Ministérios, do qual participaram os Assessores de Diversidade e Participação Social e as subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração dos órgãos setoriais. Inúmeras reuniões foram realizadas de forma a promover a reflexão sobre novas alternativas de incorporação, com base na análise preliminar de cada ministério e adensamento das discussões técnicas. A terceira etapa deu-se com a devolutiva da Matriz preenchida pelos Ministérios. As possibilidades de incorporação, a indicação dos atributos do PPA ajustados e justificativas pertinentes foram o insumo para nova análise da SE-PLAN.

O processo de análise das propostas que chegaram da sociedade para cada Ministério deu-se concomitantemente à realização de outras etapas do PPA, como a atribuição de metas dos objetivos específicos e entregas, destinação de recursos financeiros para os programas, marcação das agendas transversais etc.

O enquadramento das propostas à estrutura do PPA se deu no nível de seus atributos, tanto aqueles da camada legal quanto da camada gerencial. Foram classificados no nível do atributo legal "programa", quando todo o programa estava relacionado com a demanda, no atributo legal "objetivo específico," quando este versava sobre o tema da proposta, ou em "entrega" e "medida institucional normativa específica", atributos da camada gerencial, quando se tratava do atendimento a demanda mais objetiva e concreta. No caso da camada gerencial do PPA (entregas e medidas institucionais), o processo de incorporação da participação social segue em andamento. Este processo de incorporação da participação social prevê ainda a marcação da participação social nos atributos do PPA que ocorrerá a posteriori, englobando também a camada gerencial, que será encaminhada como subsídio para análise legislativa no Congresso, conforme prevê o PL PPA.

Este relatório trata do processo inicial de incorporação da participação social no PPA, que se estenderá nas etapas seguintes de análise e aprovação do Projeto de Lei e nas etapas de revisão

e de monitoramento do plano, as quais serão realizadas também com envolvimento da sociedade. O PPA Participativo será um processo contínuo que envolverá todo o ciclo do PPA 2024-2027. Portanto, as incorporações previstas nesse primeiro processo aqui relatado poderão ser aperfeiçoadas ao longo da execução e monitoramento do PPA, das revisões anuais previstas e, ainda, durante o processo legislativo no Congresso Nacional.

8.2.1. Análise e incorporação das 50 propostas mais votadas no PPA Participativo

Entre as 50 propostas mais votadas, 26 versaram sobre assuntos que fogem do escopo do Plano Plurianual⁴ e **24 sobre assuntos passíveis de serem tratados no PPA.**

As propostas relacionadas à **educação** foram as mais numerosas entre as mais votadas, somando **nove** se forem consideradas as **duas** propostas compartilhadas com a saúde (**hospitais universitários**). Quatro delas versavam sobre consolidação ou criação de **universidades** – cuja incorporação é tratada como condicionada às análises técnicas, duas sobre **bolsas de estudos** (reajustes e para docentes) e uma sobre **alimentação escolar nos institutos federais**.

Apenas uma proposta não foi considerada como incorporada de alguma forma pelo ministério responsável porque demanda estudo técnico para a criação de um **hospital federal**, porém, uma frente de trabalho foi estabelecida para analisar a proposta. Das quatro propostas da **saúde**, há outras **duas** incorporadas ao PPA: uma relativa à qualificação técnica dos **agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias** e outra aos **cuidados paliativos** (incorporada em decorrência do **PPA Participativo**).

Outra temática importante, a do **meio ambiente**, teve as três propostas na área consideradas incorporadas, referentes a proteção, controle e **direitos dos animais** (cães, gatos, jumentos etc.).

Cidades e transportes tiveram duas propostas entre as mais votadas. No primeiro caso, a proposta que versa sobre **assistência técnica de habitação de interesse social** foi considerada parcialmente incorporada porque para o recorte proposto (para cada 20 habitantes), não haveria recursos suficientes e o **Programa Periferia Viva** já era um programa do PPA. No caso de transportes, as duas propostas de **duplicação de BR** estão presentes no PPA.

Desenvolvimento agrário e agricultura e pecuária têm uma proposta cada entre as mais votadas: **reforma agrária e produção de animais sem gaiolas**, ambas consideradas incorporadas ao PPA.

Em situação semelhante, encontram-se as duas propostas referentes a **trabalho e emprego** e a **cultura**: consta em medida institucional a instituição do grupo de trabalho que vai tratar da possibilidade de limitação da **jornada de trabalho a 40 horas semanais**; e como objetivo específico, a conservação, a proteção e a restituição do **patrimônio cultura brasileiro**.

⁴ Propostas que necessitam aprovação de lei.

Quadro 4. Incorporação no PPA 2024 - 2027 das propostas mais votadas

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Saúde: Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS.	Investimentos na qualificação técnica, na capacitação continuada, na valorização profissional e em equipamentos necessários, para o desempenho das atividades de agente comunitário de saúde (ACS) e de agente de combate às endemias (ACE) com vistas à oferta e a ampliação dos serviços na estratégia saúde da família na atenção básica e de vigilância epidemiológica e ambiental, mediante a participação social, com educação popular em saúde.	95.731	Incorporada - Objetivo específico	Contemplada no Objetivo Específico do programa "Saúde com Agente", que continuará sendo desenvolvido para atender a formação e capacitação dos profissionais ACS e ACE.
Meio Ambiente e Mudança do Clima: Política Nacional de Controle Populacional de Cães e Gatos	Política Nacional de Controle Populacional de Cães e Gatos	39.980	Incorporada - Entrega	Integralmente incorporada, tendo sido estabelecida meta de castração de cães e gatos.
Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar: Reforma Agrária para Desenvolver o Brasil e Combater a Fome	Planejar, organizar e desenvolver um amplo processo de Reforma Agrária no Brasil, regularizando todas as famílias Sem Terra, desenvolvendo os Assentamentos, incentivando a partir do acesso à terra e o cumprimento da função social as condições para o bem viver no campo, com saúde, educação, cultura e sociabilidade. Infraestrutura e estímulo concreto à produção de alimentos saudáveis e em larga escala, a partir do desenvolvimento de Agroecologia, com tecnologia e assistência técnica.	13.384	Incorporada - Objetivo específico	Contemplada no programa "Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais"
Saúde: Implementar a Política Nacional de Cuidados Paliativos integrada às RAS e como componente de Cuidado na APS, com garantia de financiamento	Cuidados paliativos é uma estratégia que deve ser ofertada precocemente à todas as pessoas que apresentam doenças que ameaçam à vida, com objetivo de melhorar a Qualidade de Vida através do alívio de sofrimento de ordem física, emocional, social e espiritual, cuidando de pacientes e familiares, estendendo a fase de luto (OMS). No Brasil, 7% das pessoas que precisam recebem Cuidados Paliativos, A Frente PaliATIVISTAS defende: Cuidados Paliativos como Um direito Humano - Políticas Públicas JÁ.	11.419	Incorporada - Medida institucional	Incorporada em decorrência do PPA Participativo no programa de Atenção Especializada à Saúde

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Transportes: Duplicação BR 290 - Rodovia do Mercosul - Trecho RS	Como coordenador da FRENTE PARLAMENTAR PELA DUPLICAÇÃO DA BR 290, propomos a duplicação da BR, no trecho Eldorado do Sul a Uruguaiana. Rodovia do Mercosul. Realçamos sua importância estratégica para a região, para o país e fundamentalmente para o Mercosul. A referida obra está inclusa nos acordos internacionais do país com a Argentina desde 2004,	9.100	Incorporada - Entrega	Atendimento previsto para a BR-290/RS de adequação de trecho rodoviário - entr. BR-116 (p/Guaíba) - entr. BR-471 (Pântano Grande)
Educação: FURB Federal - Implantação da Universidade Federal do Vale do Itajaí por meio da federalização da FURB, incorporando o campus da UFSC/Blumenau.	A luta em prol da federalização da FURB é um movimento que remete a 2002. Em 2008, um plebiscito e abaixo-assinados foram organizados expressando a vontade popular da região em torno do tema. Em 2013, o engajamento trouxe uma extensão da UFSC para Blumenau. A expansão do ensino superior gratuito no Vale do Itajaí exige a criação de uma nova universidade federal que contemple a FURB e o campus da UFSC, formando uma única universidade, pública, gratuita e de qualidade. Junte-se à nossa luta!	8.580	Incorporação condicionada - Entrega	Não incorporada dada necessidade de realizar análises e estudos técnicos para atendimento de diversos critérios estabelecidos de priorização. Caso o governo venha a criar novos campi, provavelmente será necessário realizar chamada pública.
Saúde/Educação: Novo Hospital Escola da UFPel	Referência em oncologia, cuidados intensivos adulto e neonatal, tratamento de HIV e gestação de alto risco. O projeto da sede própria é composto de 3 blocos, numa área de mais de 33 mil metros quadrados, com espaço para 250 leitos de internação clínica, projetado para promover a integração de ensino, pesquisa e assistência e a consequente prestação de modernos serviços à população. Ensinar para transformar o cuidar! Apoie este projeto de ensino e assistência à saúde da população da metade Sul!	7.408	Incorporada - Objetivo específico	Contemplado no programa de Educação Superior
Cidades: Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social - 1 Arquiteto Urbanista para cada 20 mil habitantes.	A proposta consiste na criação e implantação de Escritórios de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social, e na contratação de um Arquiteto Urbanista para cada 20 mil habitantes, no intuito de planejar e promover a evolução das cidades brasileiras através da ATHIS, democratizando o acesso aos serviços de Arquitetura e Urbanismo à população e ao município como um espaço vivo em transformação.	7.180	Parcialmente incorporada - Objetivo específico	Parcialmente contemplada no programa "Periferia Viva", cuja Assessoria Técnica estará relacionada às intervenções de urbanização de assentamentos precários no universo elegível do programa. O referencial monetário disponibilizado para o programa não possibilita a contratação de um Arquiteto Urbanista para cada 20 mil habitantes.

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Saúde: Criar um hospital federal, regional, transfronteiriço, 100% SUS em rede, para atender média/alta complexidade em saúde na fronteira, em Uruguiana.	Regiões de fronteira, como a região 3 de saúde do Rio Grande do Sul, com aproximadamente 500 mil habitantes, estão muito desassistidas em relação ao acesso a média e alta complexidade em saúde, ferindo os princípios de equidade, descentralização e regionalização do SUS. Agrega-se isso a distância de até 640 km para os centros maiores a que estes municípios são referenciados. O Município citado justifica-se em razão do amadurecimento da Unipampa, com 5 cursos de saúde, incluindo medicina, ativos.	6.927	Não incorporada	Necessidade de realizar análises e estudos técnicos. Foi estabelecida uma frente de trabalho para analisar a viabilidade de atendimento a proposta.
Meio Ambiente e Mudança do Clima: Agenda Nacional de Proteção, Defesa e Direitos Animais	Agenda Nacional de Proteção, Defesa e Direitos Animais	6.131	Incorporada - Objetivo específico	Contemplada em programas, ações e projetos do MMA para proteção, defesa e direitos de todos os animais.
Agricultura e Pecuária: Produção animal sem Gaiolas	A produção animal no Brasil, em sua maioria, utiliza-se de confinamento extremo, como por exemplo, gaiolas para galinhas poedeiras e gaiolas de gestação para porcas. Estudos mostram que animais confinados são possuem sistemas imunológicos mais frágeis devido ao intenso stress causado pelo confinamento aumentando o risco de doenças como a Influenza Aviária e novas pandemias. Além disso, sistemas de confinamento são dependentes do uso de antibióticos contribuindo para a resistência antimicrobiana	5.262	Incorporada - Objetivo específico	Contemplada no Objetivo Específico "Fortalecer os mecanismos de saúde animal e de conformidade de insu- mos pecuários e produtos de origem animal, de modo articulado entre os entes do SUASA, assegurando a competitividade nacional e internacional" do programa "Defesa Agropecuária".
Trabalho e Emprego: Jornada de 40 Horas Semanais para todas as categorias	Hoje o país permite jornadas de até 44 horas semanais. Este tempo impossibilita o trabalhador de buscar uma formação continuada ou se dedicar mais a sua família. Com uma jornada universalizada de 40 horas poderemos contribuir para uma melhor qualidade de vida da população.	4.914	Incorporada - Medida Institucional	Incorporada, incluindo instituição de grupo de trabalho tripartite para estudar a redução da jornada de trabalho para todos os trabalhadores.

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Transportes: Duplicação da BR-304	A BR 304 é uma rodovia federal que desempenha papel fundamental para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte em razão da integração regional. Dos mais importantes corredores logísticos do Estado, é necessário para o acesso a destinos turísticos, para o transporte de produtos agrícolas, comerciais e industriais fundamentais para a economia potiguar e interligação com outros estados do Nordeste. Sua duplicação qualifica a segurança e otimiza o tempo de deslocamento, promovendo desenvolvimento.	4.775	Incorporada - Entrega	BR-304/RN – Construção - Reta Tabajara (4 viadutos e marginais) e BR-304/RN - Duplicação entr. BR-226 – Mossoró – Div RN/CE e BR-304/RN - Duplicação entr. Entr RN-016 – Mossoró – Div RN/CE
Saúde: Inserção do Nutricionista na equipe Básica da ESF	Considerando o aumento das DCNT, da vulnerabilidade da população, da situação do país voltando ao mapa da fome, a inserção do Nutricionista (profissional diretamente envolvido com as políticas de SAN) vai garantir acesso e resolutividade na APS. Alguns municípios, como Cabedelo/PB, que já tem este profissional nas USFs, são um exemplo para o Brasil. Sem definição pelo MS os municípios não irão aderir e a Segurança Alimentar corre o risco de não ser atendida	4.651	Parcialmente incorporada	Contemplada no Programa Atenção Primária à Saúde no PPA, no Objetivo Específico “Expandir o acesso e a cobertura da Estratégia Saúde da Família, priorizando áreas de vulnerabilidade social, com provimento de profissionais e cuidado interprofissional”, a Entrega 6 está diretamente relacionada às equipes multiprofissionais, com o objetivo de alcançar 9.555 eMulti com confinamento federal até 2027. Entende-se que o profissional nutricionista já está contemplado no rol de atendimentos da Atenção Primária à Saúde (APS) pelas equipes multiprofissionais (eMulti), que são compostas por profissionais de saúde de diferentes áreas de conhecimento, que atuam de maneira complementar e integrada às demais equipes da APS.

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Meio Ambiente e Mudança do Clima: Proteção dos jumentos	Proibição do abate dos jumentos em todo o território nacional e criação de mecanismos de proteção, garantindo recursos e suporte para evitar a extinção desses animais e promover a conscientização acerca de sua preservação.	4.298	Incorporada - Entrega	Contemplada nos objetivos do programa "Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo". Outras iniciativas do MMA relacionadas à proteção do jumento incluem (1) protocolo de intenções entre o MMA e o Governo da Bahia com vistas a proteção desta espécie, (2) proposta de abertura de edital com vistas a incentivar pesquisas para produção de colágeno de jumentos sem abate animal e (3) estudo de proposição de Portaria com vistas a disciplinar a matéria tendo em vista a ameaça de extinção da espécie.
Educação: Implantação da Universidade Federal da Chapada Diamantina (UFCD) no estado da Bahia	A presente proposta trata da implantação da Proposta da UFCD construída desde os anos de 2012. A UFCD terá uma estrutura multi-campi e se constitui numa demanda de um conjunto de territórios Bahia de reconhecida importância social, econômica, ecológica, cultural e reconhecimento internacional. Atualmente, o projeto da UFCD tem mobilizado a sociedade civil e lideranças políticas do território em busca de apoio na efetivação da importante iniciativa na promoção da educação superior.	4.074	Incorporação condicionada - Objetivo específico	Necessidade de realizar análises e estudos técnicos. Foi estabelecida uma frente de trabalho para analisar a viabilidade de atendimento a proposta.
Educação: Alimentação Escolar para os alunos dos Institutos Federais	Atualmente não existe rubrica nem orçamento para o custeio da alimentação Estudantil nos Institutos Federais o que leva os nossos alunos a sofrerem com a fome e ao aumento da evasão, sendo um obstáculo para a permanência e êxito. Assim propomo a criação de uma rubrica orçamentária específica para a alimentação Estudantil na rede federal.	4.021	Parcialmente incorporada - Entrega	Matrículas em cursos técnicos de nível médio são atendidas através da entrega "Assistência financeira às Entidades Executoras para a oferta da alimentação escolar nas escolas das redes públicas da educação básica, seguindo parâmetros de equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades" do programa "Educação Básica"

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Cidades: Programa Periferia Viva	A Secretaria Nacional de Periferias propõe o Programa Periferia Viva, para articular todas as políticas públicas do Estado nos territórios periféricos e garantir a participação popular nas decisões. Nas periferias, não basta só um tipo de intervenção do Estado. São décadas de abandono, carências e vulnerabilidades. E também décadas de organização popular para exigir os direitos e criar soluções. O Periferia Viva é uma inovação do governo Lula para mudar a vida do povo das periferias do Brasil.	3.952	Incorporada - Programa	Contemplada no programa "Periferia Viva"
Educação: Reajustes das Bolsas de Estudo, Pesquisa e Pós-graduação	Assegurar um mecanismo anual de reajuste das bolsas de estudo, pesquisa e pós-graduação no país e no exterior, usando como referência indicadores que possibilitem a recuperação do valor frente a inflação e com ganhos reais ao longo do período 2024-2027.	3.739	Parcialmente incorporada - Objetivo Específico	Parcialmente contemplada, dada dependência de disponibilidade orçamentária
Educação: Pibid e Residência Docente como políticas de Estado de formação docente,	Os Programas PIBID e Residência Pedagógica, se inserem na política nacional de formação de professores, tendo sua área de atuação em escolas por todo o território nacional. As ações desses programas, se adunam oportunizando a estudantes de cursos de Licenciatura, de universidades públicas e privadas, uma maior aproximação teórico/prática com o cotidiano da escola, sendo partícipes na elaboração de metodologias de ensino, e na construção de uma formação humana e para a autonomia.	3.688	Incorporada - Entrega	Contemplada na entrega "Apoio à inserção de discente em atividades de iniciação à docência e egressos da licenciatura em estágio profissional." do Programa "Educação Superior: qualidade, democracia, equidade e sustentabilidade".

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Saúde/Educação: Construção do Hospital Universitário da UFT	<p>A realidade tocantinense (1,5 mi de habitantes) clama por um novo hospital de grande porte. O único que atende todo o estado (HGP) segue lotado e atendendo acima do limite. Ademais, os cursos da saúde da UFT, que há anos tem formado médicos, enfermeiros, nutricionistas e psicólogos, não possuem um hospital próprio para formação e estágio. Assim, além de oferecer uma melhor formação técnica, também auxiliará o atendimento da população tocantinense, bem como das regiões Norte e Nordeste do Brasil.</p>	3.502	Incorporação condicionada	<p>Necessidade de realizar análises e estudos técnicos para atendimento de diversos critérios estabelecidos de priorização.</p>
Cultura: Conservação, proteção e restituição do patrimônio cultural brasileiro	<p>Promover a conservação, proteção e restituição do patrimônio cultural brasileiro em todas as suas manifestações, com ênfase no patrimônio arqueológico, paleontológico e etnográfico. Toda iniciativa deve ser formulada e executada com participação democrática (em especial, da população local) e com fundamento em evidências científicas e no respeito aos direitos humanos. Todos os benefícios econômicos, culturais, educacionais e turísticos devem ser compartilhados com as comunidades locais.</p>	3.454	Incorporada - Objetivo específico	<p>Contemplada nas entregas "Arquivos e centros de memória preservados e difundidos" ou "Disponibilização dos itens virtuais do patrimônio cultural preservado" do programa "Direito à Cultura".</p>
Educação: Consolidação do desenvolvimento da UFABC, UFSCar, Unifesp e do IFSP	<p>Consolidação do desenvolvimento institucional da UFABC, UFSCar, Unifesp e do IFSP, considerando as condições para a expansão necessária ao pleno cumprimento dos respectivos projetos pedagógicos, a saber, ampliação de infraestrutura, de pessoal e do número de cursos e vagas, assegurando a contribuição das instituições na ciência e tecnologia de excelência e na inclusão e permanência de jovens no ensino superior e técnico de qualidade no país.</p>	3.040	Incorporação condicionada - Objetivo específico	<p>Necessidade de realizar análises e estudos técnicos para atendimento de diversos critérios estabelecidos de priorização.</p>

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Educação: Universidade Federal no Município de Camaquã/RS	O Município de Camaquã, situado na Região Costa Doce, no Estado do Rio Grande do Sul, conta com atualmente 62.200 habitantes, cidade polo para 11 Municípios, não possui Ensino Superior Federal em nosso Município, nas modalidades licenciatura e bacharelado, onde os jovens se deslocam diariamente até as cidades de Pelotas ou Porto Alegre para cursar curso Superior de forma gratuita. Importante salientar que o Município dispõe da estrutura necessária para instalação de um campus, junto a FUNDASUL.	3.005	Incorporação condicionada - Objetivo específico	Necessidade de realizar análises e estudos técnicos para atendimento de diversos critérios estabelecidos de priorização.

8.2.2. Análise e incorporação das Propostas mais votadas por Ministério

Em relação ao conjunto total de propostas enviadas aos ministérios, das 814 propostas por eles analisadas, 286 foram propostas consideradas fora do escopo do PPA e terão outros encaminhamentos pelo governo federal. Entre as restantes, 76,5% são consideradas incorporadas de alguma forma pelo governo federal, sendo 58% de forma total, 14% de forma parcial e 4% possivelmente, sob alguma condição de estudo e análise técnica.

Tabela 16. Avaliação da incorporação das propostas no PPA 2024-2027

	Número de propostas	Porcentagem
Incorporada	308	58,3
Parcialmente incorporada	76	14,4
Incorporação condicionada	20	3,8
Não incorporada	124	23,5
Total	528	100,0

Entre os ministérios, houve bastante variação quanto ao número de propostas avaliadas que versavam sobre matéria de escopo do PPA. Os que tiveram maior percentual de não incorporação foram aqueles que receberam, para sua análise, apenas uma proposta aderente ao escopo do PPA. Alguns ministérios, por vezes, responderam que a proposta estava ainda “em análise”, pois identificaram a necessidade de estudos e análises mais profundos. Em outros casos, a devolutiva sobre a incorporação apontou para a necessidade de interlocução ou articulação com outros órgãos, de forma a avaliar a adequada pertinência institucional para incorporação nos atributos adequados do PPA. Em todos esses casos, as possibilidades de incorporação ao longo do processo de revisão e monitoramento do PPA, bem como de adequação na camada de gerencial de entregas, permanecem abertas.

Tabela 17. Avaliação da incorporação das propostas entre os diferentes Ministérios no PPA 2024-2027

Ministério	Propostas analisadas	Incorporada			Parcialmente incorporada			Incorporação condicionada			Não incorporada		
		N.	% no ministério	% em relação ao total	N.	% no ministério	% em relação ao total	N.	% no ministério	% em relação ao total	N.	% no ministério	% em relação ao total
BACEN	3	1	33%	0,3%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	2	67%	1,6%
CGU	7	5	71%	1,6%	1	14%	1,3%	0	0%	0,0%	1	14%	0,8%
Defesa	6	2	33%	0,6%	0	0%	0,0%	1	17%	5,0%	3	50%	2,4%
MAPA	11	9	82%	2,9%	1	9%	1,3%	0	0%	0,0%	1	9%	0,8%
MCidades	29	17	59%	5,5%	5	17%	6,6%	0	0%	0,0%	7	24%	5,6%
MCom	14	9	64%	2,9%	1	7%	1,3%	0	0%	0,0%	4	29%	3,2%
MCTI	20	10	50%	3,2%	3	15%	3,9%	1	5%	5,0%	6	30%	4,8%
MDA	30	24	80%	7,8%	6	20%	7,9%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%
MDHC	20	13	65%	4,2%	4	20%	5,3%	0	0%	0,0%	3	15%	2,4%
MDIC	11	4	36%	1,3%	4	36%	5,3%	0	0%	0,0%	3	27%	2,4%
MDS	13	10	77%	3,2%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	3	23%	2,4%
MEC	37	9	24%	2,9%	12	32%	15,8%	12	32%	60,0%	4	11%	3,2%
MEsp	16	9	56%	2,9%	0	0%	0,0%	1	6%	5,0%	6	38%	4,8%
MF	1	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	1	100%	0,8%
MGI	8	4	50%	1,3%	2	25%	2,6%	0	0%	0,0%	2	25%	1,6%
MIDR	25	6	24%	1,9%	1	4%	1,3%	1	4%	5,0%	17	68%	13,7%
MinC	17	11	65%	3,6%	6	35%	7,9%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%
MIR	29	20	69%	6,5%	7	24%	9,2%	0	0%	0,0%	2	7%	1,6%
MJSP	9	0	0%	0,0%	2	22%	2,6%	0	0%	0,0%	7	78%	5,6%
MM	18	12	67%	3,9%	5	28%	6,6%	0	0%	0,0%	1	6%	0,8%
MMA	28	16	57%	5,2%	2	7%	2,6%	0	0%	0,0%	10	36%	8,1%
MME	18	15	83%	4,9%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	3	17%	2,4%
MPA	16	11	69%	3,6%	1	6%	1,3%	2	13%	10,0%	2	13%	1,6%
MPI	12	11	92%	3,6%	1	8%	1,3%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%
MPO	3	1	33%	0,3%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	2	67%	1,6%
MPOR	13	6	46%	1,9%	1	8%	1,3%	0	0%	0,0%	6	46%	4,8%
MPS	1	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	1	100%	0,8%
MRE	13	6	46%	1,9%	1	8%	1,3%	0	0%	0,0%	6	46%	4,8%
MS	25	13	52%	4,2%	3	12%	3,9%	1	4%	5,0%	8	32%	6,5%
MTE	16	12	75%	3,9%	1	6%	1,3%	0	0%	0,0%	3	19%	2,4%
Mtransp	19	15	79%	4,9%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	4	21%	3,2%
MTur	13	10	77%	3,2%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	3	23%	2,4%
SECOM	5	1	20%	0,3%	1	20%	1,3%	0	0%	0,0%	3	60%	2,4%
SG	21	15	71%	4,9%	5	24%	6,6%	1	5%	5,0%	0	0%	0,0%
SRI	1	1	100%	0,3%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%
Total	528	308	58%	100%	76	14%	100%	20	4%	100%	124	24%	100%

No que diz respeito ao atributo no qual foi considerada incorporada a proposta, a maioria das propostas está contemplada em algum objetivo específico (53%), ¼ delas como entrega, 15% em medida institucional e 6% está relacionada com a totalidade de um programa.

Tabela 18. Avaliação da incorporação das propostas entre os diferentes Ministérios no PPA 2024-2027

	Incorporado	Parcialmente incorporado	Incorporação condicionada	Não incorporado	Total
Entrega	81	16	5	0	102
Medida institucional	50	8	3	0	61
Objetivo específico	158	46	12	0	216
Programa	19	6	0	0	25
Sem atributo	0	0	0	124	124
Total	308	76	20	124	528

Concluído este processo inicial de incorporação da participação social no PPA 2024-2027 é importante considerar que as mais de 8 mil propostas acolhidas na Plataforma Brasil Participativo e emanadas do Fórum Interconselhos constituem riquíssimo acervo para a agenda de políticas públicas, objeto de diálogo permanente do governo com os movimentos sociais, conselhos e sociedade civil.

As inovações propostas no PPA 2024-2027 corroboram para o fortalecimento deste diálogo também entre sociedade e os órgãos setoriais, formuladores das políticas públicas. O Ministério do Planejamento propõe que o PPA seja uma peça viva, cujas revisões e monitoramentos serão conduzidos com a participação social, de forma que o processo inicial de incorporação das sugestões conduzido junto aos Ministérios tenha continuidade também no que tange à execução do que foi proposto.

Uma agenda positiva de participação na construção de políticas públicas com participação social a ser conduzida pela Secretaria-Geral da Presidência da República, Assessorias de Participação e Diversidade e Conselho de Participação Social, que constituem as novas institucionalidades da política de participação social no Governo Federal.

Referências

IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Ciclos de Vida. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/liv101846.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência. Secretaria Nacional de Participação Social. Relatório da Plataforma. 2023

AVELINO, Daniel Pitanguieira de. Planejamento, orçamento e participação social. In: GIMENE, M.; COUTO, L. F. (Orgs.). Planejamento e orçamento público no Brasil. Brasília: Enap, 2017. p. 175-206.

AVELINO, Daniel Pitanguieira de; SANTOS, José Carlos dos. Controle social e transversalidades: sinais de participação no planejamento governamental brasileiro. In: CARDOSO JR., J. C.; SANTOS, E. A. V. (Orgs). PPA 2012-2015: experimentalismo institucional e resistência burocrática. Brasília: Ipea, 2015. p. 207-231.

AVELINO, Daniel Pitanguieira de. De (im)pacientes a sujeitos políticos: desafios e perspectivas para a democracia participativa e o controle social nas políticas de saúde. Projeto Saúde Amanhã. Rio de Janeiro: Fiocruz, maio de 2021. (Textos para Discussão, n. 61)

AVELINO, Daniel Pitanguieira de; SANTOS, Eduardo Gomor dos; BEZERRA, Felipe Portela. A quem serve a participação?: experiência democrática do Fórum Interconselhos no Plano Plurianual 2016-2019. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 28, abr. 2021, p. 37-44.

BRASIL (2003). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano Plurianual 2004-2007: mensagem presidencial. Brasília: MP, 2003. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa/2004-2007/ppa-2004-2007/mensagempresidencial.PDF> >. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL (2007a). Decreto de 1º de março de 2007. Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a finalidade de elaborar proposta de participação social no acompanhamento da elaboração e execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União, Seção 1, ano CXLIV, n. 42, p.2, 2 mar. 2007a. RODRIGUES 2011

BRASIL (2007b). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano Plurianual 2008-2011: projeto de lei. Brasília: MP, 2007b. Disponível em: < https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual-ppa/arquivos/planos-plurianuais-anteriores/ppa-2008-2011/081015_ppa_2008_mespres.pdf >. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. (2018) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos. PPA 2016-2019: participação social no PPA: fórum interconselhos. Brasília: MP/SEPLAN, jan. 2018.

BRASIL (2019). Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. Mensagem presidencial que encaminha o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023 e seus respectivos anexos. Brasília: Ministério da Economia, 2019.

BRASIL (2022a). Comissão de Transição Governamental. Relatório do Conselho de Participação Social: produto 2: relatório final. Brasília: Comissão de Transição Governamental, dez. 2022.

BRASIL (2022b). Gabinete de Transição Governamental. Relatório final. Brasília: Gabinete de Transição Governamental, dez. 2022.

BRASIL(2023a). Ministério do Planejamento e Orçamento. Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, mar. 2023.

BRASIL. (2023b) Secretaria Geral da Presidência da República. Relatório do Brasil Participativo. Disponível em: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/pages/relatoriodaplataforma>. Brasil (2023), Acesso em 11/08/2023.

RODRIGUES, Fábio. Goela abaixo. Página 22, FGV-EAESP, n. 51, abr. 2011.

TEBET, Simone; MACÊDO, Márcio. As digitais da sociedade no planejamento do Brasil: PPA Participativo estabelece diálogo institucional e reafirma a cidadania. Folha de S. Paulo, Tendências/Debates, 19 de abril de 2023, p. A3.

Ficha técnica

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República

Marcio Macêdo

Secretária Executiva da Secretaria-Geral

Maria Fernanda Ramos Coelho

Secretário Nacional de Participação Social

Renato Simões

Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Participação Social

Valmor Schiochet

Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Participação Social

Marcilene Aparecida Ferreira

Diretor de Participação Social

Paulo José de Oliveira

Diretor de Educação Popular

Pedro de Carvalho Pontual

Diretor de Planejamento e Orçamento Participativo

Ubiratan de Souza

Diretora de Participação Digital e Comunicação em Rede

Laila Bellix

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretária Nacional de Planejamento

Leany Barreiro de Sousa Lemos

Secretária Adjunta

Maria Raquel Mesquita Melo

Chefe de Gabinete

Riane Ribeiro de Carvalho

Diretor de Coordenação do Sistema de Planejamento

Fernando Sertã Meressi

Diretor de Planejamento de Longo Prazo

Ariel Cecílio Garces Pares

Diretora de Programas das Áreas Econômicas e Especiais

Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula

Diretora de Programas Sociais, Áreas Transversais e Multissetoriais e Participação Social

Daiane Boelhouver Menezes

Diretora de Programas de Infraestrutura e Planejamento Territorial

Flávia Pedrosa Pereira





República
Federativa
do Brasil

Plano Plurianual 2024-2027

SECRETARIA-GERAL

**MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO**

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO